

MULHERES NA UMBANDA E NO CANDOMBLÉ: HISTÓRIA, LIDERANÇA E RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO

Júlia Santos Lima ¹

Jessica Hind Ribeiro Costa²

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. A partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás – divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã –, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo um espaço de resignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância do reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Religiões afro-brasileiras. Empoderamento feminino.

ABSTRACT

This article investigates the presence and role of women in Umbanda and Candomblé, highlighting their leadership, resilience, and contribution to the deconstruction of patriarchy within these religious traditions. The research aims to understand how these Afro-Brazilian religions create spaces of inclusion and empowerment, enabling women and other minorities to occupy prominent positions. Through a qualitative approach based on bibliographic review and historical accounts, the study analyzes the sociocultural context of these spiritual practices, the significance of the female figure in the terreiros (religious temples), and the challenges faced in the pursuit of recognition and equality. The article

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

² Pós-Doutora em Desigualdades Globais e Justiça Social (FLCSO-UNB). Pós-Doutora em Direito e Novas Tecnologias pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research. Doutora e mestra em Direito das Relações Sociais e Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: jessica.costa@pro.ucsal.br.

also discusses the impact of Afro-Brazilian religiosity on the representation and strengthening of marginalized identities. Additionally, the yabás—female deities of the Afro-Brazilian pantheon, such as Iansã, Oxum, Iemanjá, and Nanã—are examined as symbols of strength, wisdom, and motherhood, serving as references for female empowerment within the terreiros. Likewise, the Pombagiras, female entities of Umbanda, are explored as symbols of empowerment and transgression of patriarchal norms, offering a space for the redefinition of femininity and sexual freedom. Finally, the work incorporates the perspective of intersectionality to analyze how gender, race, and religious intolerance intertwine in the experiences of these women, emphasizing the importance of legal recognition and the protection of their fundamental rights, as well as the transformative role of Law in promoting social justice, equality, and religious pluralism.

Keywords: Intersectionality. Afro-Brazilian religions. Female empowerment.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS. 2.1 ORIGEM E FORMAÇÃO DA UMBANDA E DO CANDOMBLÉ. 2.2 INFLUÊNCIAS CULTURAIS E RESISTÊNCIAS HISTÓRICAS. 3. MULHERES NOS TERREIROS: LIDERANÇA, DESAFIOS E RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO. 3.1 O PAPEL DAS MULHERES NA ESTRUTURA RELIGIOSA. 3.2 CONFLITOS E RESISTÊNCIA CONTRA O PATRIARCADO. 4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO. 5 O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO. 6 – ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS. 7. DIREITO, INTERSECCIONALIDADE E A PROTEÇÃO DAS MULHERES NA UMBANDA E NO CANDOMBLÉ. 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

1. INTRODUÇÃO

As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, ialorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante.

Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra *A Cidade das Mulheres*, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás – orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã –

reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres.

Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão — como racismo, sexismo e intolerância religiosa — se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos.

A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender a relação entre gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir do encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas — como os iorubás (nagôs), jejes e bantos — tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. Esse processo de troca, sobreposição e

síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (Prandi, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se a partir do culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra “Candomblé” designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (Silveira, 2006). No período colonial, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (Carneiro, 2011).

Já a Umbanda nasceu em um contexto urbano, no início do século XX, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação de uma nova religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (Ortiz, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnic, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (Constantino, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro é “um espaço de reconfiguração identitária, onde a memória coletiva e as práticas culturais negras são preservadas e reinventadas”.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras não pode ser compreendida sem reconhecer as violências sofridas e as estratégias de resistência desenvolvidas ao longo dos séculos. Desde o período colonial, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente

reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas “não cristãs” e a posse de objetos rituais africanos. No século XIX, os códigos penais qualificavam como crime a prática de curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (Mott, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (Prandi, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas também no campo das disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando como um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. Sua capacidade de diálogo com diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (Ortiz, 1999).

Apesar dos avanços legais, como a garantia de liberdade religiosa pela Constituição de 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (Carneiro, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente nos últimos anos, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos de religiões de matriz africana.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição de resistência e criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás — divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá — que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria

ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (Bairros, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para a afirmação de sua liberdade e de seus desejos (Constantino, 2015).

3. MULHERES NOS TERREIROS: LIDERANÇA, DESAFIOS E RESISTÊNCIA AO PATRIARCADO

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios. Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização das religiões de matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa e de gênero. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também forma de resistência cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos filhos de santo, pela organização dos ritos e pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes em *A cidade das Mulheres* (2002), o Candomblé de Salvador, na década de 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, em que as mulheres lideravam e organizavam os cultos, muitas

vezes com maior protagonismo que os homens.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, em uma sociedade marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé um espaço de autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes que não se restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica — especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas — permite que as mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros contribui para a construção de uma espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela a existência de um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece a força e a sacralidade do feminino e a cultura patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também um espaço de resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres não é apenas um ato

religioso, mas um gesto de enfrentamento ao racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. Trata-se de uma espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária, conforme analisam autoras como Gonzalez (2020) e Ribeiro (2018), ao abordarem as formas de religiosidade negra enquanto práticas de enfrentamento às opressões históricas.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando o papel do terreiro para além do espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino — sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade —, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma resignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais de ser e existir.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições — seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4. ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, não se limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura,

reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros não é um fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, (Landes, 2002), que reconhece o sagrado em todas as manifestações da vida e acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino — condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão —, as religiões de matriz africana celebram a pluralidade dos modos de ser mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que os terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se pela primeira vez aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à “falha moral” da mulher, é vista como dom sagrado. A sexualidade — inclusive a homoafetiva — é compreendida como parte da natureza humana e não como desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com a lógica da culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro não é apenas um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás — orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã — que encarnam diferentes manifestações do “ser mulher”, legitimando todas as suas facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça.

A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultuar a Pombagira é um ato de resgate do prazer, da autoestima e do direito de existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, de poder e de cuidado. Os terreiros são “territórios de afetividade e cura ancestral”, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos com base no amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas, conforme observa Silva (2007) ao analisar os terreiros como espaços de sociabilidade baseados na ancestralidade e no respeito mútuo.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, o que faz com que o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam não apenas o racismo religioso, mas todo um sistema de opressão que insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito mais do que espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de transformação.

5. O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado no processo de empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às

mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado e a intolerância religiosa.

Os orixás femininos — Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras — são fundamentais na construção da identidade feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e a proteção e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder em um contexto social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão de gênero e racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade de resistência e transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade — nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, por sua vez, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira vai além da mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, a liberdade de ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna a ideia de resistência e autonomia, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e sua capacidade de agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira não é apenas uma figura que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de narrativas pessoais, de maneira que as mulheres possam se perceber como protagonistas de suas vidas. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a

essas divindades cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão, como o racismo, o patriarcado e a intolerância religiosa. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também se torna uma prática de resistência política. A intolerância religiosa e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem com que o ato de cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. Não se trata apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando que as mulheres negras têm o direito de existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

6. ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto e resistência. No interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso por meio de pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade, conforme analisam Germann e Speck (2019), ao descrever os modos de ensino e liderança feminina nos terreiros.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é o modo como as Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes que não se encontram em livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, em que

as experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), “as religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família para as pessoas negras escravizadas no Brasil, que foram separadas de suas famílias consanguíneas.”

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no contato com a Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, não é apenas um fenômeno espiritual — é uma tecnologia ancestral de reconexão com o próprio corpo e com a própria história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não diriam, a ocupar um espaço de autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. Nesse sentido, o terreiro torna-se um espaço de reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um “território de resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.”

Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado — torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), “a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]”.

Assim, pensar o papel das ialorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução — onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. DIREITO, INTERSECCIONALIDADE E A PROTEÇÃO DAS MULHERES NA UMBANDA E NO CANDOMBLÉ

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão — como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa — se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada.

No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação — como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão — de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade

e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (Brasil, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo

religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico — ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico — como *iyalorixá*, *mãe-pequena*, *ekedi*, *ialabassê* — e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do *axé*, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo que a sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são

motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas — ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, mais do que um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas em toda a sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre o papel do Direito na promoção da igualdade real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para a construção de vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. In: RIBEIRO, Djamila (org.). *Feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019.

BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. **Revista Estudos Feminista**. v. 8, n. 1, 2000.

BAIROS, Luiza. **Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência**. In: CARNEIRO, Sueli (org.). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63–78.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639**. de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa**. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/decisoes-do-stf-reforcam-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONSTANTINO, Rodolfo. **Umbanda: religião brasileira**. São Paulo: Madras, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1989, n. 1, 1989.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. **Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.

MOTT, Luiz. **O africano que existe em nós, brasileiros**. São Paulo: Moderna, 1992.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PELÚCIO, Larissa. **Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **Religião e sociedade**: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.

PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados**: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRIMEIROS NEGROS. **Yabás**: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

RAMOS, Chiara; VAZ, Lívia Sant'Anna. **A justiça é uma mulher negra**. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole**: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVEIRA, Renato da. **Orixás da Bahia**. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Terreiro e universidade**: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, combinada com o agrupamento desses termos, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que a classificação da semelhança como Alta, Moderada e Baixa não representa um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade Alta e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o significado de uma similaridade alta e quando é considerado plágio?](#)

=====

Arquivo 1: TCC 4 - 27 MAIO.pdf (6197 termos)

Arquivo 2: site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf
(106376 termos)

Termos comuns: 526

Índice de similaridade antigo: 0,46%

Novo índice de similaridade: 8,48%

Índice de agrupamento: Alto

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: 6bbcaadfe246d9dx79

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença **e a atuação das mulheres na** Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição **na desconstrução do** patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços **de acolhimento e** empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. **A partir de uma abordagem** qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, **a importância da** figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados **na busca por** reconhecimento e igualdade. O artigo também discute **o impacto da** religiosidade afrobrasileira na representatividade e no **fortalecimento de identidades** marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. **Da mesma forma**, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo **um espaço de** ressignificação da feminilidade e liberdade sexual. **Por fim**, o trabalho incorpora a **perspectiva da interseccionalidade** para analisar **como gênero, raça e** intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando **a importância do** reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais **e resistências históricas**

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado
 - 3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa
 - 3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado
- 4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO
- 5: O PAPEL DAS DIVINDADES FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO
- 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS
7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos,

desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender a relação entre gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir do encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. Esse processo de troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se a partir do culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu em um contexto urbano, no início do século XX, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação de uma nova religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnic, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza

e à energia vital que permeia **todos os seres** (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (**e ainda são**) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como **redes de apoio** comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro **é ?um espaço de reconfiguração identitária, onde a memória coletiva e as práticas** culturais negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras **não pode ser compreendida** sem reconhecer **as violências sofridas** e **as estratégias de resistência** desenvolvidas **ao longo dos séculos**. Desde o **período colonial**, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência **se deu não** apenas diante das autoridades civis, mas também **no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando **como um movimento** religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de diálogo com** diferentes públicos, **classes sociais e** tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como **a garantia de** liberdade religiosa pela Constituição de 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta **de múltiplas formas**: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, **sendo a maioria** delas direcionadas a **adeptos de religiões de matriz africana**.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm **viva uma tradição de resistência e** criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), **o protagonismo das mulheres** nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força

feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos **de identidade e poder**, funcionando como referências espirituais **e sociais para** o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam **um papel central** na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para **a afirmação de sua liberdade e de seus desejos** (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. **Em contraste com** muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios.

Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões **que insistem em** marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade **das mulheres em espaços de** poder espiritual. A estigmatização **das religiões de matrizes africanas**, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência **as mulheres que** ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa **e de gênero**. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também **forma de resistência** cotidiana às estruturas **que insistem em** invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática **na centralidade da mulher no** Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos filhos de santo, pela organização **dos ritos e** pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes em A cidade das Mulheres (2002), o Candomblé de Salvador, **na década de** 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as mulheres** lideravam e organizavam os cultos, **muitas vezes com** maior protagonismo que os homens.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, **em uma sociedade** marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual

e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite **que as mulheres** expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo **com os estereótipos** tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam **os desafios do** preconceito externo e, **por vezes**, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a construção de uma** espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, **direta ou indiretamente**, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação **das mulheres em** determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas **que questionam a** autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de um** conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece **a força e a** sacralidade do feminino e **a cultura** patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, **as mulheres negras** continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções **de gênero, raça e classe**.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também **um espaço de resistência** política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres **não é apenas um** ato religioso, mas um gesto **de enfrentamento ao racismo estrutural**, à misoginia e à marginalização histórica **das mulheres negras**. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio **a vítimas de** intolerância religiosa, ampliando **o papel do** terreiro **para além do** espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também **se dá no** plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas

qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma resignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais **de ser e existir**.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes **são alvo de** estigmas, preconceitos e até perseguições ? **seja por sua** religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade **ou por sua** liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também **contribuem para a construção de uma sociedade mais justa** e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO **COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO**

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, não se limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, **sobretudo mulheres negras**, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta **não apenas na** aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros **não é um fenômeno** casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as** manifestações **da vida e** acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, as **religiões de matriz africana** celebram a pluralidade **dos modos de ser** mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), **a interseccionalidade é um** elemento-chave para **compreender por que os** terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, **o racismo estrutural e a violência** social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se **pela primeira vez** aceitas **em sua totalidade**. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos

tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, é vista como dom sagrado. A sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? **é compreendida como parte da** natureza humana e **não como** desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com **a lógica da** culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro **não é apenas um** local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida **vai além da** escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante **da violência doméstica**, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação **em saúde e de** fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando **todas as suas** facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade **e a justiça**. **A mulher que** sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento **de uma mulher** livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultuar a Pombagira **é um ato de** resgate do prazer, **da autoestima e** do direito de existir sem culpas. É **uma ruptura com a** moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, **de poder e de** cuidado. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos **com base no** amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, **vale destacar que** esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, **o que faz com que o** gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne **um ato político** e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam **não apenas o** racismo religioso, mas **todo um sistema de opressão que** insiste em negar humanidade plena **às mulheres negras**.

Assim, os terreiros tornam-se **muito mais do que** espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é **acolhida e a fé é uma ferramenta de** transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, **desempenham um papel central** e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam **a força e a resistência**, **mas** também oferecem às mulheres **um modelo de** poder, liberdade e transformação. Elas permitem **que as mulheres** se vejam refletidas **em suas próprias** histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a **luta e a resistência** contra o patriarcado e **a intolerância religiosa**.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, **entre outras ? são** fundamentais **na construção da** identidade feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), **a força e a** coragem (Iansã), e a proteção **e o cuidado** (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder **em um contexto** social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e** racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade **de resistência e** transformação, podendo se ver representadas **em sua totalidade** ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez**, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira **vai além da** mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as **normas sociais e** patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, **a liberdade de** ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de resistência e** autonomia, sendo um modelo **para as mulheres que** buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e **sua capacidade de** agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, **as mulheres são** convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira **não é apenas** uma figura que transgride; ela oferece um **espaço para a** reescrita de narrativas pessoais, **de maneira que as mulheres** possam se perceber como protagonistas **de suas vidas**. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as **normas sociais e** buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos **pela sociedade e** religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria um **espaço para a** ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam **múltiplas formas de opressão**, **como o racismo**, o patriarcado e **a intolerância religiosa**. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também **desempenham um**

papel essencial no fortalecimento **da identidade das** mulheres. Ao se relacionarem com as yabás e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes **de transformação em suas próprias** vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também **se torna uma** prática de resistência política. **A intolerância religiosa** e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem **com que o ato de** cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata** apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, **em especial as** pombagiras, se inserem como **um símbolo de** resistência, reafirmando **que as mulheres negras têm o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto e resistência. No interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é **o modo como as** Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se encontram em** livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual **de mulheres, em que as experiências individuais** de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), ?as religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família **para as pessoas negras** escravizadas **no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é **no contato com a** Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas um** fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão **com o próprio corpo e com a própria** história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a **dizer o que** normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de** autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. **Nesse sentido, o** terreiro torna-se **um espaço de** reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo **que o mundo**

profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um ?território de resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.? Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?.

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé
A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº

7.716/1989, **que** tipifica crimes resultantes de **preconceito de raça, cor**, etnia, religião ou procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é **o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa**, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em **21 de janeiro**. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia **dos Santos e Santos**), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo **e ameaças, que resultaram em** seu falecimento por infarto, **no dia 21 de janeiro de 2000**.

Sete **anos depois**, a criação da lei federal e **a inclusão da** data no Calendário Cívico da União reforçam **a importância de** reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes **nas religiões de matriz africana**, que enfrentam **múltiplas formas de opressão ? de gênero, raça e religião**. Esse reconhecimento não só fortalece a **identidade e a** dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove **a afirmação de** identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como **Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma** figura emblemática de resistência **ao racismo e** à marginalização religiosa. Líder do Terreiro **de Candomblé de Gantois** em Salvador, ela **foi uma das maiores** defensoras **das religiões de matriz africana e** desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade **da cultura afro-brasileira**. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também **foi um marco na luta contra o** patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, **mas também por** sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos **direitos das mulheres negras**. Ela se destacou pela sua postura firme contra **a intolerância religiosa** e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando **a necessidade de ampliar o acesso à justiça e** garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como **a Lei nº 10.639/2003** ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório **o ensino da história e da cultura afro-brasileira** nas escolas, contribuem indiretamente **para a valorização das religiões de matriz africana e para o**

reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural **do país**. Essa valorização é essencial para garantir **não apenas o direito à liberdade** religiosa assegurado pela Constituição Federal, **mas também para** combater preconceitos e desigualdades estruturais **que atravessam as** experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária **e da atuação** dessas mulheres é essencial para garantir **o acesso à** justiça, a igualdade material **e o combate** às **múltiplas formas de discriminação**. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade **de gênero e** pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito **na construção de uma sociedade mais** inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras **vai muito além de** descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender **um fenômeno complexo**, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé **não é um** detalhe periférico ? ele **é, na verdade**, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente **em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a** misoginia **e o preconceito** religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio **diante de um contexto** brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo **colonialismo, e a** tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, **mas também de** sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais **que haviam sido** violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, **mas também por** resistência, **que as mulheres negras** encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, **a mulher negra** ocupa posições **de poder e** prestígio simbólico ? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê ? e essas figuras são fundamentais **não apenas para a** condução dos rituais, **mas para a manutenção da** memória **e da identidade** coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, **a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar** espiritualmente. Esse reconhecimento, **por si só, já** constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres **algo que a sociedade** tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras **redes de apoio** emocional, **material e simbólico**: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe **a mulher negra**, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão **nos leva a** uma reflexão essencial: quando falamos

em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos tratando apenas de normas abstratas previstas na **Constituição Federal** (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na **promoção da dignidade humana**, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar **uma lógica de** invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo **o racismo religioso**, garantindo **o acesso a políticas públicas**, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos **é que as mulheres** encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas **em sua totalidade**: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas? **ao contrário, são** justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, **seus corpos e** vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, **mais do que** um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas **em toda a sua** potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas **reflexões sobre o papel do** Direito **na promoção da igualdade real, sobre a importância** das epistemologias negras e femininas **na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o** valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm **para a construção de** vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro **um lugar de** força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. **Rio de Janeiro: Editora da UFRJ**, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. **A mulher negra e o feminismo**. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião brasileira. São Paulo: Madras, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, **brasileiros**. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e **sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma brasileira. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: **uma introdução à** sociologia das religiões afro-

brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio



2025

Arquivo 1: TCC 4 - 27 MAIO.pdf (6197 termos)

Arquivo 2: portal.gub.br/wp-content/uploads/2023/07/Direito-dos-povos-de-terreiro.pdf (76172 termos)

Termos comuns: 526

Índice de similaridade antigo: 0,64%

Novo índice de similaridade: 8,48%

Índice de agrupamento: Alto

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: 0919d167192f054x128

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. A partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo um espaço de resignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância do reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A

pesquisa **se baseia em** literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais **de resistência e** transformação social. Compreender **a relação entre** gênero, raça, religiosidade e direitos **dentro do contexto** afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e **a importância da** espiritualidade e do amparo jurídico na **promoção da igualdade e do** empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO **DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS**

2.1 Origem e formação **da Umbanda e do Candomblé**

As religiões afro-brasileiras surgiram **a partir do** encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. **Esse processo de** troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam **o Candomblé e a** Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se **a partir do culto aos orixás** (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). **No período colonial, as casas de culto** surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e **Rio de Janeiro**, funcionando **como espaços de resistência e** preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu **em um contexto** urbano, no **início do século XX**, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, **no Rio de Janeiro**, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a **fundação de uma nova** religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se **como uma religião** aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como **o respeito aos ancestrais, à natureza e à** energia vital que permeia **todos os seres** (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), **o terreiro é ?um espaço de reconfiguração identitária, onde a memória coletiva e as práticas culturais negras são preservadas e reinventadas?**.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória **das religiões afro-brasileiras não pode ser compreendida** sem reconhecer as violências sofridas **e as estratégias de** resistência desenvolvidas **ao longo dos** séculos. Desde o período colonial, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, **praticantes das religiões afro-brasileiras** recorreram ao sincretismo religioso. **O sincretismo foi** uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, **por exemplo, foi** associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas **sob o disfarce** do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas também **no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando como um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de** diálogo com diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como **a garantia de liberdade religiosa pela Constituição de** 1946, **as religiões afro-brasileiras** continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações **de imagens sagradas** e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). **Dados do Disque** 100 (2022) indicam que as denúncias **de intolerância religiosa** aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, sendo a maioria delas direcionadas a **adeptos de religiões de matriz africana**.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição **de resistência e** criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a **presença das** yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões **da experiência das** mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos **de identidade e poder**, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um **papel central na** desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para **a afirmação de sua liberdade e de seus** desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. **Em contraste com** muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios. **Trata-se de uma atuação permeada por** conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar **a autoridade das mulheres em espaços de poder** espiritual. A estigmatização **das religiões de** matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: **religiosa e de gênero**. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também **forma de resistência** cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, **ou mãe de santo**, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das **práticas ancestrais e** tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos **filhos de santo**, pela organização dos ritos e pela manutenção **da casa de axé**. Como observa Ruth Landes em A cidade das Mulheres (2002), o **Candomblé de Salvador, na década de** 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as** mulheres lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo que os homens.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, **em uma sociedade** marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia **dos orixás e** organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite que as mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a construção de uma** espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar **da valorização da** figura feminina **dentro dos terreiros**, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, **nas religiões afro-brasileiras**. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação **das mulheres em** determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam **a autoridade de** mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de** um conflito simbólico entre a cosmovisão **dessas religiões**, **que reconhece a força e a** sacralidade do feminino **e a cultura** patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras **para o pleno exercício de sua autoridade**, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também **um espaço de** resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres **não é apenas um ato religioso, mas** um gesto **de enfrentamento ao racismo** estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado **na promoção de** educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas **de intolerância religiosa**, ampliando **o papel do** terreiro **para além do** espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá **no plano simbólico e** espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. **No mesmo sentido**, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam

uma transgressão consciente **das normas de** gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais **de ser e** existir.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes **são alvo de** estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres **nas religiões afro-brasileiras**. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem **para a construção de uma sociedade** mais justa e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: **O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO**

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, não se limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros **não é um** fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as manifestações da vida e** acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, **a expressão de** afetos e corpos fora do padrão ?, **as religiões de matriz africana** celebram a pluralidade **dos modos de** ser mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por **que os terreiros se** tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se **pela primeira vez** aceitas **em sua totalidade**. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, **é vista como** dom sagrado. A

sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? **é compreendida como** parte da natureza humana **e não como** desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com **a lógica da** culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro **não é apenas** um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. As mães e **pais de santo** oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar **e da intolerância religiosa**. Muitas casas de axé atuam também **como espaços de** formação cidadã, de educação em **saúde e de** fortalecimento de vínculos comunitários, **mostrando que a** espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando todas as suas facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade **e a justiça**. A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, **a presença das** Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira é **um ato de** resgate do prazer, da autoestima **e do direito de** existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, **social e política**. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, **de poder e** de cuidado. **Os terreiros são** ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos **com base no** amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento **não se dá** sem luta. **Os terreiros são** constantemente **alvo de intolerância religiosa**, ataques e discriminação, **o que faz com que o** gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam não apenas **o racismo religioso**, mas todo **um sistema de opressão que** insiste em negar humanidade plena às **mulheres negras**.

Assim, os terreiros tornam-se **muito mais do que** espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é **uma ferramenta de** transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado **no processo de empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como** já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam **a força e a resistência, mas também** oferecem às mulheres **um modelo de poder, liberdade e transformação.** Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas **em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência** contra o patriarcado **e a intolerância religiosa.**

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais **na construção da identidade** feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica **da mulher, como** a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria **e a ancestralidade** (Naná), **a força e a coragem** (Iansã), **e a proteção** e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres **dentro dos terreiros.** Elas representam uma alternativa **de poder em um contexto** social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e racial.** Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade **de resistência e transformação,** podendo se ver representadas **em sua totalidade ?** nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez,** oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira vai além da mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, **a liberdade de ser** quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. **Ao contrário de** outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de resistência e** autonomia, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e **sua capacidade de** agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira **não é apenas uma** figura que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de narrativas pessoais, **de maneira que** as mulheres possam se perceber como protagonistas de suas vidas. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento **dentro dos terreiros, pois** oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. **O culto a** essas divindades cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam **múltiplas formas de opressão,** como o racismo, o patriarcado **e a intolerância religiosa.** Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás

e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes **de transformação em suas próprias** vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, **o culto a** essas divindades femininas também se torna **uma prática de** resistência política. **A intolerância religiosa e a** perseguição histórica **às religiões afro-brasileiras** fazem **com que o ato de** cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata apenas de uma prática** religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem **como um símbolo de** resistência, reafirmando que as mulheres negras têm **o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas **identidades e direitos**.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais **nas religiões afro-brasileiras**, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto **e resistência**. **No** interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é **o modo como** as Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se encontram em** livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, **em que as experiências** individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, **aquilo que a** escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), **?as religiões afro-brasileiras** representam um resgate do sentido de família para as pessoas negras escravizadas **no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no **contato com a** Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas** um fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão **com o próprio** corpo **e com a própria história**. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de** autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. **Nesse sentido, o** terreiro torna-se **um espaço de** reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que **o mundo profano** insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um ?território **de**

resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.?

Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização

é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico? ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo que a sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos

tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, mais do que um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas em toda a sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre o papel do Direito na promoção da igualdade real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para a construção de vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião brasileira. São Paulo: Madras, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Renato da. **Orixás da Bahia**. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. **Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, 2005.

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade **no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher **negra**. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). **Feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Decisões do STF reforçam **combate à intolerância religiosa**. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. **Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? **Ânima Educação**, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025



=====

Arquivo 1: TCC 4 - 27 MAIO.pdf (6197 termos)

Arquivo 2: books.scribd.com/doc/71144k/pdf/sardentberg-9788523220107.pdf (73401 termos)

Termos comuns: 420

Índice de similaridade antigo: 0,53%

Novo índice de similaridade: 6,77%

Índice de agrupamento: Alto

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: 7446001e153dff6x78

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação **das mulheres na** Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo **que mulheres e** outras minorias ocupem posições de **destaque**. **A partir de uma** abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, **a importância da figura feminina** nos terreiros e os desafios enfrentados **na busca por** reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo **referências para o empoderamento** feminino dentro dos terreiros. **Da mesma forma, as** Pombagiras, **entidades femininas da** Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo **um espaço de** ressignificação da feminilidade e liberdade sexual. **Por fim, o** trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como **gênero, raça e** intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando **a importância do** reconhecimento jurídico e da proteção **de seus direitos** fundamentais, **bem como o** papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel **das Mulheres na** Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS **E POMBAGIRAS**) **NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO**

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e **a Proteção das Mulheres na** Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As **religiões afro-brasileiras, como** a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam **um espaço de protagonismo para mulheres e outros** grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas **ao longo da história. Mães de santo**, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando **a lógica patriarcal dominante**. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. **Além disso, a** força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça **a centralidade da** mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis **e para as** lideranças religiosas. Outro elemento essencial **no contexto da** Umbanda são as Pombagiras, **entidades femininas que** simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas **de gênero e** promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça **a ideia de que a** religiosidade afro-brasileira também é **um espaço de** libertação e autoafirmação **para as mulheres**. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros **e a importância da** representatividade **na construção de uma** espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como **diferentes formas de** opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos **e a importância de** reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A

pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender **a relação entre** gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais **e a importância da** espiritualidade e do amparo jurídico **na promoção da igualdade e** do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram **a partir do** encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas **e, muitas vezes,** fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. **Esse processo de** troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das **quais se destacam** o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se **a partir do culto aos orixás** (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, **as casas de** culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco **e Rio de Janeiro,** funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu **em um contexto** urbano, **no início do século XX,** marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, **em 1908, no Rio de Janeiro,** após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação **de uma nova** religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, **com ênfase na** prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade **das entidades espirituais** cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro é **?um espaço de reconfiguração identitária**, onde a memória coletiva e as práticas culturais negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras **não pode ser compreendida** sem reconhecer as violências sofridas e as estratégias de resistência desenvolvidas **ao longo dos séculos**. Desde o período colonial, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas **?não cristãs?** e **a posse de** objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime a prática de curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas também **no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente **se consolidando como** um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de diálogo** com diferentes públicos, **classes sociais e** tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como a garantia de liberdade religiosa pela Constituição de 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que **as denúncias de** intolerância religiosa aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos de religiões de matriz africana.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva **uma tradição de** resistência e criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a **presença das** yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais e sociais **para o empoderamento** feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico **para a afirmação de** sua liberdade e de seus desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam **as mulheres em** posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios.

Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade **das mulheres em espaços de poder** espiritual. A estigmatização das religiões **de matrizes africanas**, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência **as mulheres que** ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa **e de gênero**. **Assim, a atuação** dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também forma de resistência cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel **das Mulheres na** Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática na centralidade **da mulher no** Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos filhos de santo, **pela organização dos** ritos e pela manutenção **da casa de axé**. Como observa Ruth Landes em *A cidade das Mulheres* (2002), o Candomblé de Salvador, **na década de** 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as mulheres** lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo **que os homens**.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, em uma sociedade marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se restringem** ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia **dos orixás e** organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, **as mulheres também** ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações **das entidades femininas** como Pombagiras e caboclas ? permite **que as mulheres** expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam **os desafios do** preconceito externo **e, por vezes**, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a construção de uma** espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade **das mulheres como agentes de** fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização **da figura feminina** dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, **direta ou indiretamente**, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação **das mulheres em** determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de** um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece a força e a sacralidade **do feminino e a cultura patriarcal dominante**, **que** tenta submeter ou deslegitimar **a liderança das mulheres**. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo **em espaços que** valorizam o feminino, **as mulheres negras** continuam enfrentando **barreiras para o pleno exercício** de sua autoridade, devido a intersecções **de gênero, raça e classe**.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também **um espaço de** resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança **pelas mulheres não é** apenas um ato religioso, mas um gesto **de enfrentamento ao racismo** estrutural, à misoginia e à marginalização histórica **das mulheres negras**. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas **têm atuado na promoção** de educação política, saúde comunitária, **enfrentamento à violência doméstica e apoio a** vítimas de intolerância religiosa, ampliando o papel do terreiro **para além do** espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também **se dá no** plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo **a lógica patriarcal** que historicamente inferioriza essas qualidades. **No mesmo sentido**, as Pombagiras, **entidades femininas da** Umbanda, simbolizam

uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais de ser e existir.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, não se limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros não é um fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado em todas as manifestações da vida e acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, as religiões de matriz africana celebram a pluralidade dos modos de ser mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que os terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se pela primeira vez aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à falha moral? da mulher, é vista como dom sagrado. A

sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? **é compreendida como parte da** natureza humana e não como desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe **com a lógica** da culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro não é apenas um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida **vai além da** escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante **da violência doméstica**, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando todas as suas facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e **a justiça**. **A mulher que** sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, **a presença das** Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento **de uma mulher** livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira é um ato de resgate do prazer, da autoestima e **do direito de** existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, **social e política**. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, **de poder e de** cuidado. Os terreiros são ?territórios **de afetividade e** cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos **com base no** amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento **não se dá sem** luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, **o que faz com que** o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam **não apenas o** racismo religioso, mas todo **um sistema de** opressão que insiste em negar humanidade plena **às mulheres negras**.

Assim, os terreiros tornam-se muito **mais do que** espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé **é uma ferramenta de** transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino nas **religiões afro-brasileiras, como** a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem **que as mulheres se** vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até **a luta e a** resistência contra **o patriarcado e a** intolerância religiosa.

Os **orixás femininos** ? **Iemanjá**, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais **na construção da identidade** feminina dentro dessas religiões. **Cada uma delas** encarna uma faceta específica da **mulher, como a** maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e a proteção e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder **em um contexto** social onde **as mulheres, especialmente** as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e** racial. Ao cultuarem essas entidades, **as mulheres se sentem** conectadas a uma ancestralidade de resistência e transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez**, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira **vai além da** mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação **da mulher que** desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, a liberdade de ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de** resistência e autonomia, sendo **um modelo para as mulheres que buscam** reconquistar sua identidade, sua autoestima e **sua capacidade de** agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, **as mulheres são** convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira não **é apenas uma** figura que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de narrativas pessoais, de maneira **que as mulheres** possam se perceber como protagonistas **de suas vidas**. **As** histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas **de mulheres que** desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, **as mulheres se sentem** fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando **seu direito à** expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam **múltiplas formas de** opressão, como **o racismo, o patriarcado e a** intolerância religiosa. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade **das mulheres**. **Ao** se relacionarem com as yabás

e as pombagiras, as mulheres podem se ver **como agentes de transformação** em **suas próprias vidas**, acessando forças superiores que vão além das limitações **sociais e culturais** impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também se torna uma prática de resistência política. A intolerância religiosa e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem com que o ato de cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata** apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, **em especial as** pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando **que as mulheres negras têm o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, **as mulheres não** estão apenas buscando poder espiritual, **mas também se** posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes **de afeto e** resistência. No interior dos terreiros, essas **mulheres não apenas** evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução **de outras mulheres**, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é o **modo como as** Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. **Muitas vezes, o** vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se encontram em** livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual **de mulheres, em que as** experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), ?as religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família **para as pessoas** negras escravizadas **no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam **como agentes de** cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no **contato com a** Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, não é apenas um fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão com o próprio corpo **e com a** própria história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de** autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. Nesse sentido, o terreiro torna-se **um espaço de** reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um ?território de

resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.? Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização

é essencial para garantir **não apenas o direito à** liberdade religiosa assegurado pela **Constituição Federal, mas também** para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir **o acesso à justiça, a** igualdade material e o combate às **múltiplas formas de discriminação**. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre **igualdade de gênero e** pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito **na construção de uma sociedade mais inclusiva e** equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação **e a liderança das mulheres** nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento **que essas mulheres** encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé **não é um** detalhe periférico? ele é, **na verdade, o** cerne da experiência religiosa **e social que** essas comunidades oferecem, **especialmente em um país como o Brasil**, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições **e nas relações** cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante **de um contexto** brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, **mas também de** sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, **que as mulheres negras** encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições **de poder e** prestígio simbólico? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê? e essas figuras são fundamentais **não apenas para** a condução dos rituais, mas **para a manutenção** da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, **a capacidade de** cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, **por si só,** já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve **a essas mulheres** algo **que a sociedade** tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso **tem um impacto direto na** subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão **nos leva a** uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos

tratando apenas de normas abstratas previstas **na Constituição Federal** (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital **na promoção da** dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo **o acesso a políticas públicas**, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos **é que as mulheres** encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, **seus corpos e** vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, **mais do que** um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas **em toda a sua** potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas **reflexões sobre o papel** do Direito **na promoção da** igualdade real, **sobre a importância das** epistemologias **negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa**, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm **para a construção de** vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado **dessas mulheres que**, há séculos, fazem do terreiro **um lugar de** força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. **Rio de Janeiro: Editora da UFRJ**, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo **e desigualdade no Brasil**. **São Paulo: Selo Negro**, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do** outro como não-ser como fundamento do ser. **Tese (Doutorado em Educação)**, USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião **brasileira**. **São Paulo: Madras**, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade **brasileira**. **São Paulo: Brasiliense**, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma **brasileira** . **São Paulo: Companhia das Letras**, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: uma **introdução à sociologia** das religiões afro-brasileiras. **São Paulo: Hucitec**, 2001.

SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025



=====

Arquivo 1: [TCC 4 - 27 MAIO.pdf](#) (6197 termos)

Arquivo 2: [www.abn.br/files/65_0019032.pdf](#) (91644 termos)

Termos comuns: 415

Índice de similaridade antigo: 0,42%

Novo índice de similaridade: 6,69%

Índice de agrupamento: Alto

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: 86b84d7dd70d841x90

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga **a presença e a atuação das** mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. **A partir de uma** abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros **e os desafios** enfrentados **na busca por reconhecimento e** igualdade. O artigo também discute **o impacto da** religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. **Da mesma forma**, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo **um espaço de** resignificação da feminilidade e liberdade sexual. **Por fim**, o trabalho incorpora **a perspectiva da** interseccionalidade para analisar como **gênero, raça e** intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância **do reconhecimento jurídico** e da proteção **de seus direitos** fundamentais, **bem como o** papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 **Origem e formação** da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás e orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e intolerância religiosa, se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A

pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais **de resistência e** transformação social. Compreender **a relação entre** gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na **promoção da igualdade e** do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 **Origem e formação** da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram **a partir do** encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. **Esse processo de** troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, **das quais se** destacam **o Candomblé e a** Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se **a partir do** culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). **No período colonial, as casas de culto** surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e **Rio de Janeiro**, funcionando como **espaços de resistência e** preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo **respeito às tradições** orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu **em um contexto** urbano, **no início do século XX**, **marcada por um** forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, **no Rio de Janeiro**, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação **de uma nova** religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões **indígenas e de** tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda **se caracteriza pelo** uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como **o respeito aos** ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) **espaços de** acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro **é ?um espaço de** reconfiguração identitária, onde **a memória coletiva e as práticas culturais** negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras **não pode ser** compreendida sem reconhecer as violências sofridas e **as estratégias de** resistência desenvolvidas **ao longo dos séculos**. Desde **o período colonial**, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e **a posse de** objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, **por exemplo, foi** associada à **Nossa Senhora da Conceição**; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas **também no campo** das disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando **como um movimento** religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de diálogo com** diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão **no século XX**, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como **a garantia de** liberdade religiosa **pela Constituição de** 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos de **religiões de matriz africana**.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma **tradição de resistência e** criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), **o protagonismo das** mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos **de identidade e poder**, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico **para a afirmação de sua liberdade e de seus desejos** (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. **Em contraste com** muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na **condução de rituais**, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios.

Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com **estruturas sociais e religiões que insistem em** marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam **o preconceito religioso**, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização das religiões de matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam **funções de liderança**, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa **e de gênero**. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também **forma de resistência cotidiana** às estruturas **que insistem em** invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou **mãe de santo**, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento **dos rituais, das** práticas ancestrais e tradicionais, ela **é responsável pela** iniciação dos **filhos de santo**, pela organização dos ritos e pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes em A cidade das Mulheres (2002), o Candomblé de Salvador, **na década de** 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as** mulheres lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo **que os homens**.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, em uma sociedade marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite que as mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros contribui para a construção de uma espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela a existência de um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece a força e a sacralidade do feminino e a cultura patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também um espaço de resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres não é apenas um ato religioso, mas um gesto de enfrentamento ao racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. Trata-se de uma espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando o papel do terreiro para além do espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam

uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam **uma ressignificação da feminilidade**, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais **de ser e existir**.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairros (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem **para a construção de uma sociedade** mais justa e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO **COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO**

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e **o Candomblé**, **não se** limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na aceitação das diferenças, mas **na valorização das** trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros não é um fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as** manifestações da vida e acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, as **religiões de matriz africana** celebram **a pluralidade dos modos de ser** mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender **por que os** terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural **e a violência** social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas **uma comunidade que** as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se **pela primeira vez** aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, é vista como dom sagrado. A

sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? é compreendida **como parte da** natureza humana e **não como** desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com **a lógica da** culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro **não é apenas um** local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida **vai além da** escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio **diante da violência** doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e **de fortalecimento de vínculos** comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à **vida cotidiana e** à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando **todas as suas** facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça. A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira **é um ato de** resgate do prazer, da autoestima e **do direito de** existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, **social e política**. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, **de poder e** de cuidado. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos **com base no** amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, **vale destacar que** esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, **o que faz com que** o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam **não apenas o** racismo religioso, mas todo **um sistema de** opressão **que insiste em** negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito **mais do que** espaços religiosos: **são espaços de** reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às mulheres **um modelo de** poder, liberdade e transformação. Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado e a intolerância religiosa.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais **na construção da identidade** feminina dentro dessas religiões. **Cada uma delas** encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e a proteção e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam **as experiências vividas** pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa **de poder em um contexto** social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e** racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade **de resistência e** transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez,** oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira **vai além da** mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, **a liberdade de** ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. **Ao contrário de** outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de resistência e** autonomia, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima **e sua capacidade de** agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira **não é apenas uma** figura que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de narrativas pessoais, de maneira que as mulheres possam se perceber como protagonistas de suas vidas. **As histórias de** Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra **um sistema que** impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena **e à autonomia.**

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto **a essas divindades** cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão, como o racismo, o patriarcado e a intolerância religiosa. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás

e as pombagiras, as mulheres podem **se ver como** agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores **que vão além das** limitações **sociais e culturais** impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto **a essas divindades** femininas também **se torna uma** prática de resistência política. A intolerância religiosa **e a perseguição** histórica às religiões afro-brasileiras fazem com que o ato de cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata apenas de uma** prática religiosa, **mas de um** posicionamento contra **um sistema que** busca minimizar ou apagar **as culturas afro-brasileiras**. **Nesse sentido, as** divindades femininas, **em especial as** pombagiras, se inserem **como um símbolo de** resistência, reafirmando que as mulheres negras têm **o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, **as mulheres não** estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas **identidades e direitos**.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto e resistência. **No interior dos** terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, **é o modo como as** Iyalorixás estabelecem pontes entre **gerações**. **Muitas vezes**, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se encontram em** livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, **em que as** experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), **as** religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família **para as pessoas** negras escravizadas **no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no contato com a Iyalorixá que mulheres encontram as palavras **que não tinham**, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas um** fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão com o próprio corpo **e com a própria história**. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de autoridade e sabedoria que lhes foi** negado no cotidiano. Nesse sentido, o terreiro torna-se **um espaço de** reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), **um ?território de**

resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.? Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé
A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização

é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico? ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo que a sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social.

O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos

tratando apenas de normas abstratas previstas **na Constituição Federal** (como **nos artigos 5º, inciso VI**, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção **da dignidade humana**, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo **o acesso a políticas públicas**, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, **mais do que um** local de culto: é **um território de** reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, **se reconhecer e** serem reconhecidas **em toda a** sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para **novas reflexões sobre o papel do** Direito na **promoção da igualdade** real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas **na construção de uma sociedade** mais justa, **e sobre o** valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm **para a construção de** vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro **um lugar de** força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. **Rio de Janeiro: Editora** da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher **negra e o** feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade **no Brasil**. **São Paulo: Selo Negro**, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do** outro como não-ser como fundamento do ser. **Tese (Doutorado em Educação)**, USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião **brasileira**. **São Paulo: Madras**, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade **brasileira**. **São Paulo: Brasiliense**, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma **brasileira** . **São Paulo: Companhia das Letras**, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. **Religião e sociedade**: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. **Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.**

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: **um ensaio sobre a ausência.** In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade **no Brasil.** São Paulo: **Selo Negro**, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é **uma mulher negra.** São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal (STF).** Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. **Disponível em:** <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. **Disponível em:** <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, **de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, **de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências.** **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, **de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, **de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências.** **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: **o papel da mulher nas religiões de matriz africana.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? **Ânima Educação, Palhoça, SC.** **Disponível em:** <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025



=====

Arquivo 1: [TCC 4 - 27 MAIO.pdf](#) (6197 termos)

Arquivo 2: empoderamento com a feitura do racismo estrutural no Brasil uma realidade que persiste (1846 termos)

Termos comuns: 87

Índice de similaridade antigo: 1,09%

Novo índice de similaridade: 1,40%

Índice de agrupamento: Alto

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: d3e5d2a9fef82ecx112

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. A partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo um espaço de ressignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância do reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado
 - 3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa
 - 3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado
- 4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO
- 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO
- 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS
7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham **um papel fundamental** na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra *A Cidade das Mulheres*, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. **Além disso**, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam **a liberdade**, **a sensualidade** e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira **também é um** espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos,

desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender a relação entre gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na **promoção da igualdade** e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir do encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. Esse processo de troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se a partir do culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu em um contexto urbano, no início do século XX, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação de uma nova religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnic, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza

e à energia vital que permeia **todos os seres** (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro é ?um espaço de reconfiguração identitária, onde a memória coletiva e as práticas culturais negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras não pode ser compreendida sem reconhecer as violências sofridas e as estratégias de resistência desenvolvidas ao longo dos séculos. Desde o período colonial, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. No século XIX, os códigos penais qualificavam como crime a prática de curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas também no campo das disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando como um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. Sua capacidade de diálogo com diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como a garantia de liberdade religiosa pela Constituição de 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso **se manifesta de** múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente nos últimos anos, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos de religiões de matriz africana.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição de resistência e criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força

feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para a afirmação de sua liberdade e de seus desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios. Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização das religiões de matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa e de gênero. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também forma de resistência cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos filhos de santo, pela organização dos ritos e pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes em *A cidade das Mulheres* (2002), o Candomblé de Salvador, na década de 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, em que as mulheres lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo que os homens.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, em uma sociedade marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé um espaço de autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes que não se restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual

e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite que as mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a** construção de uma espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de** um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece a força e a sacralidade do feminino e a cultura patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também um espaço de resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres **não é apenas** um ato religioso, mas um gesto de **enfrentamento ao racismo estrutural**, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. Trata-se de uma espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando o papel do terreiro para além do espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas

qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma resignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais de ser e existir.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, não se limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros não é um fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado em todas as manifestações da vida e acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, as religiões de matriz africana celebram a pluralidade dos modos de ser mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que os terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o **racismo estrutural** e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se pela primeira vez aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos

tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, é vista como dom sagrado. A sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? é compreendida como parte da natureza humana e não como desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com a lógica da culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro **não é apenas** um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando todas as suas facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça. A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultuar a Pombagira é um ato de resgate do prazer, da autoestima e do direito de existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, de poder e de cuidado. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos com base no amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, o que faz com que o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam não apenas o racismo religioso, mas todo um sistema de opressão que insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito mais do que espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado no processo de empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado e a intolerância religiosa.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais na construção da identidade feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e a proteção e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder em um contexto social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão de gênero e racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade de resistência e transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, por sua vez, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira vai além da mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, a liberdade de ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna a ideia de resistência e autonomia, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e sua capacidade de agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira não é apenas uma figura que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de narrativas pessoais, de maneira que as mulheres possam se perceber como protagonistas de suas vidas. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão, como o racismo, o patriarcado e a intolerância religiosa. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um

papel essencial no fortalecimento da identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também se torna uma prática de resistência política. A intolerância religiosa e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem com que o ato de cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. Não se trata apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando que as mulheres negras têm o direito de existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto e resistência. No interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso por meio de pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é o modo como as Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes que não se encontram em livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, em que as experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), ?as religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família para as pessoas negras escravizadas no Brasil, que foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no contato com a Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas** um fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão com o próprio corpo e com a própria história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar um espaço de autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. Nesse sentido, o terreiro torna-se um espaço de reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo

profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um ?território de resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.? Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi **por meio da** relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?.

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino **não é apenas** celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado **e a intolerância** religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz **dos direitos humanos**, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como **o racismo estrutural** e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam **não apenas a** marginalização de gênero e raça, **mas também a** intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é **a Lei nº**

7.716/1989, que tipifica **crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional**, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 **de janeiro de 2000**.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão ? de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade.

(BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, **ao longo de** sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência **ao racismo e** à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou **um papel fundamental** na preservação e visibilidade **da cultura afro-brasileira**. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como **a Lei nº 10.639/2003** ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e **da cultura afro-brasileira** nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o

reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas **formas de discriminação**. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico? ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde **o racismo estrutural**, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo **que a sociedade** tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos

em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos tratando apenas de normas abstratas previstas na **Constituição Federal** (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que **têm um papel** vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, mais do que um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas em toda a sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre o papel do Direito na **promoção da igualdade** real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para a construção de vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

Referências:

LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.

BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.

CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião brasileira. São Paulo: Madras, 2015.

MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: uma introdução à sociologia das religiões afro-

brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/decisoes-do-stf-reforcam-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio



2025

=====

Arquivo 1: TCC 4 - 27 MAIO.pdf (6197 termos)

Arquivo 2: http://dpg.cefehi.br/ppre/attachments/article/61/229_Rafael_Dourado.pdf (49312 termos)

Termos comuns: 1520

Índice de similaridade antigo: 0,94%

Novo índice de similaridade: 8,39%

Índice de agrupamento: Moderado

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: af959dbe5550794x22

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. A partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo um espaço de resignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância do reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A

pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender a relação entre gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir do encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. Esse processo de troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se a partir do culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu em um contexto urbano, no início do século XX, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação de uma nova religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) **espaços de** acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e **resistência cultural**. Como destaca Muniz Sodré (1998), **o terreiro é ?um espaço de** reconfiguração identitária, **onde a memória coletiva e as práticas culturais** negras são **preservadas e** reinventadas?.

2.2 **Influências culturais e** resistências históricas

A trajetória **das religiões afro-brasileiras não pode ser compreendida** sem reconhecer as violências sofridas e **as estratégias de resistência** desenvolvidas **ao longo dos séculos**. Desde o **período colonial**, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime a prática de curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de **sacerdotes e sacerdotisas** afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, **praticantes das religiões afro-brasileiras** recorreram ao **sincretismo religioso**. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados **com santos católicos**, e **práticas rituais** africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência **das tradições africanas** sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas **também no campo** das disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto **pelas religiões afro-brasileiras** mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando como um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de** diálogo com diferentes públicos, classes sociais e **tradições religiosas** lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999). Apesar dos avanços legais, como a garantia de liberdade religiosa pela Constituição de 1946, **as religiões afro-brasileiras** continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso **se manifesta de** múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias **de intolerância religiosa** aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos **de religiões de matriz africana**.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição **de resistência e** criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes **de liderança e** poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, **trazendo à tona** um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos **de identidade e poder**, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam **um papel central na** desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para a afirmação de sua liberdade **e de seus** desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na **transmissão de conhecimento ancestral** ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios. **Trata-se de uma** atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com **estruturas sociais e** religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização **das religiões de matrizes africanas**, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa e de gênero. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício **de fé, mas também forma de resistência** cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, **ou mãe de santo**, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela **é responsável pela iniciação** dos filhos de santo, pela organização **dos ritos e** pela manutenção **da casa de axé**. Como observa Ruth Landes em A cidade das Mulheres (2002), **o Candomblé de Salvador, na década de 1930**, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as** mulheres lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo **que os homens**.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, **em uma sociedade** marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia **dos orixás e** organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, **espiritual e social**.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos **de destaque, como** dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúcnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite que as mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam **os desafios do** preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a construção de uma** espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres **como agentes de** fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e **Resistência Contra o** Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina **dentro dos terreiros**, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, **nas religiões afro-brasileiras**. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de** um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece **a força e a sacralidade do** feminino e **a cultura** patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções de **gênero, raça e** classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se **também um espaço de** resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres **não é apenas um ato** religioso, mas um gesto de enfrentamento ao racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado **na promoção de** educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas **de intolerância religiosa**, ampliando **o papel do terreiro para além do espaço** litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e **luta por justiça**.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico **e espiritual**. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam

uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais **de ser e existir**.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas **religiões afro-brasileiras**. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, **elas não apenas** fortalecem suas comunidades, como também **contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e** equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, **não se limitam ao** exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, **se manifesta não apenas** na aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, **da ancestralidade e** das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros não é um fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as** manifestações **da vida e** acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, **as religiões de matriz africana** celebram a pluralidade dos modos de ser mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que **os terreiros se tornam** espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, **o racismo estrutural e** a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem **não apenas uma** fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se pela primeira vez aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza **e ancestralidade**. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? **da mulher, é vista como dom sagrado**. A

sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? é compreendida **como parte da** natureza humana e não como desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com **a lógica da** culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro não é apenas um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida **vai além da** escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e **da intolerância religiosa**. Muitas casas de axé atuam também **como espaços de** formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira **está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça** social.

Outro ponto **crucial para a** percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando **todas as suas** facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça. A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira **é um ato de resgate** do prazer, da autoestima e do direito de existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por **tudo isso, é possível afirmar que o** acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, **de poder e** de cuidado. **Os terreiros são** ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos com base no amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. **Isso cria uma** ética **de respeito mútuo**, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada **com dignidade e** consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento não se dá sem luta. **Os terreiros são** constantemente alvo **de intolerância religiosa**, ataques e discriminação, o que faz com que o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam **não apenas o** racismo religioso, mas todo **um sistema de** opressão que insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito mais do que espaços religiosos: **são espaços de** reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e **a fé é uma ferramenta** de transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, **desempenham um papel central** e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino **nas religiões afro-brasileiras, como** a Umbanda e **o Candomblé**. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam **a força e a resistência**, mas também oferecem às mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas em **suas próprias histórias**, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta **e a resistência contra o** patriarcado e **a intolerância religiosa**.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? **são fundamentais na construção da identidade** feminina dentro dessas religiões. **Cada uma delas** encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio **e a beleza** (Oxum), a sabedoria **e a ancestralidade** (Naná), **a força e a coragem** (Iansã), **e a proteção e** o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres **dentro dos terreiros**. Elas representam uma alternativa de poder **em um contexto** social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão de gênero e racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade **de resistência e** transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez, oferece uma visão** distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira **vai além da mera** celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, a liberdade de ser quem ela é sem culpas ou restrições **impostas pela sociedade**. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna a ideia **de resistência e autonomia**, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e **sua capacidade de** agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres **são convidadas a** ressignificar **suas próprias histórias** e vivências. Pombagira **não é apenas uma figura** que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de **narrativas pessoais, de** maneira que as mulheres possam se perceber como protagonistas de suas vidas. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra **um sistema que** impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento **dentro dos terreiros**, pois **oferecem uma visão** alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos **pela sociedade e** religiões do ocidente. **O culto a** essas divindades cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, **especialmente aquelas que** enfrentam **múltiplas formas de opressão**, como o racismo, o patriarcado e **a intolerância religiosa**. Nos rituais, essas entidades conduzem **processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade** das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás

e as pombagiras, as mulheres podem se ver **como agentes de** transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores **que vão além das** limitações **sociais e culturais** impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, **o culto a** essas divindades femininas **também se torna uma prática de** resistência política. **A intolerância religiosa e a** perseguição histórica às religiões afro-brasileiras **fazem com que o ato de** cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata apenas de uma prática religiosa, mas de um** posicionamento contra **um sistema que** busca **minimizar ou apagar** as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem **como um símbolo de resistência**, reafirmando que as mulheres negras têm o direito de existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder **espiritual, mas também se** posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar **suas identidades e** direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais **nas religiões afro-brasileiras**, operam como **forças vivas que** atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes **de afeto e** resistência. **No interior dos terreiros**, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam **na reconstrução de** outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é o modo como as Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma **irmã mais velha** de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se** encontram em livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, **em que as** experiências individuais **de dor e** superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), **?as religiões afro-brasileiras** representam um resgate do sentido de família **para as pessoas negras escravizadas no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam **como agentes de** cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no contato com a Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas um** fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão **com o próprio corpo e com a própria história**. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de** autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. **Nesse sentido, o** terreiro torna-se **um espaço de** reinvenção da subjetividade feminina, **onde o sagrado** valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um ?território de

resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura **de matrizes africanas**.? Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, **em torno de si**, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido **por meio de uma** Iyalorixá é compartilhado com outras, **criando uma rede de** apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora **o Candomblé e a Umbanda** ofereçam espaços relativamente abertos para **a liderança de** mulheres, o machismo estrutural **da sociedade brasileira** por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando **o lugar de** fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi **por meio da** relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal **das religiões de matriz africana é** preponderante **no Brasil, em** especial, no candomblé, sobrelevando **o papel das** Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...].?

Assim, pensar **o papel das** Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre **as trajetórias das** mulheres que as cultuam. **Elas não apenas** representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E **ao fazer isso**, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino **não é apenas** celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade **e a Proteção** das Mulheres na Umbanda **e no Candomblé**
A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), **é fundamental para compreender** como diferentes **formas de opressão** ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. **No contexto das** mulheres que atuam como líderes em **religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé**, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e **a intolerância religiosa, que** frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade **contribui para uma** proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos **direitos fundamentais ao** evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como **o racismo estrutural e** o patriarcado. **É fundamental reconhecer** que essas mulheres enfrentam **não apenas a** marginalização de gênero e raça, **mas também a intolerância religiosa, o que** exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger **os terreiros e suas** lideranças **contra atos de** violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 **de janeiro**. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia **dos Santos e Santos**), símbolo nacional da **luta contra a** violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou **no bairro de** Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, **no dia 21 de janeiro de** 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União **reforçam a importância de reconhecer** juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes **nas religiões de matriz africana, que** enfrentam **múltiplas formas de opressão** ? de **gênero, raça e** religião. Esse reconhecimento **não só fortalece a identidade e a dignidade** desses **grupos, mas também** marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos **terreiros espaços de** acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. **Os terreiros funcionam como** territórios **de resistência, onde** a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, **mas também promove** a **afirmação de identidades** negras e periféricas, historicamente excluídas dos **centros de poder**. Exemplos notáveis de resistência incluem **figuras como** Mãe Menininha do Gantois, **que, ao longo de sua vida,** se tornou uma figura emblemática de resistência **ao racismo e à** marginalização religiosa. Líder **do Terreiro de Candomblé de** Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras **das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e** visibilidade **da cultura afro-brasileira**. Sua liderança feminina **no Candomblé não apenas** desafiou normas sociais dominantes, mas também **foi um marco** na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação **dentro dos terreiros**, mas também por sua luta constante pela dignidade **das religiões afro-brasileiras e** pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra **a intolerância religiosa e** pelo fortalecimento **das práticas de** fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho **de empoderamento e** identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda **e à resistência** ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres **no contexto religioso**.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando **a necessidade de** ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino **da história e da cultura afro-brasileira** nas escolas, contribuem indiretamente **para a valorização das religiões de matriz africana e para o** reconhecimento das lideranças femininas **como patrimônio cultural do país**. **Essa valorização**

é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico? ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo que a sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos

tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, mais do que um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas em toda a sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre o papel do Direito na promoção da igualdade real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para a construção de vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião brasileira. São Paulo: Madras, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.

SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade **no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 **de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 **de dezembro de 1996,** para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática **?História e Cultura Afro-Brasileira?**, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa **do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 **de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 **de dezembro de 1996,** para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática **?História e Cultura Afro-Brasileira?**, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher **nas religiões de matriz africana.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025



=====

Arquivo 1: [TCC 4 - 27 MAIO.pdf](#) (6197 termos)

Arquivo 2: [brs.ms.saude.gov.br/brs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf](#) (153120 termos)

Termos comuns: 437

Índice de similaridade antigo: 0,27%

Novo índice de similaridade: 7,05%

Índice de agrupamento: Moderado

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: f822bf2f928050ex29

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. A partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo um espaço de resignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância do reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás e orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e intolerância religiosa, se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A

pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais **de resistência e** transformação social. Compreender **a relação entre** gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado **sobre a desconstrução** das normas patriarcais **e a importância da** espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram **a partir do** encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas **e, muitas vezes,** fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. **Esse processo de** troca, sobreposição e síntese cultural gerou **um conjunto complexo de** expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, **uma das mais** antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se **a partir do** culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, **as casas de** culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco **e Rio de Janeiro,** funcionando **como espaços de resistência e** preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu **em um contexto** urbano, **no início do século XX,** marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, **no Rio de Janeiro,** após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação **de uma nova** religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, **com ênfase na** prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, **como o respeito** aos ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) **espaços de acolhimento para** populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando **como redes de apoio** comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro **é ?um espaço de** reconfiguração identitária, onde a memória coletiva **e as práticas** culturais negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras **não pode ser** compreendida sem reconhecer as violências sofridas **e as estratégias de resistência desenvolvidas ao longo dos** séculos. Desde o período colonial, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. No século XIX, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu **a sobrevivência das** tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, **mas também no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente **se consolidando como um movimento** religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de diálogo com** diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como **a garantia de** liberdade religiosa **pela Constituição de** 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, sendo **a maioria delas** direcionadas a adeptos de religiões de matriz africana.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição **de resistência e** criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam **diferentes dimensões da** experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais **e sociais para** o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas **à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres**. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central **na desconstrução de** normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para **a afirmação de sua liberdade e de seus** desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja **na condução de** rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios. **Trata-se de uma** atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões **que insistem em** marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres **em espaços de poder** espiritual. A estigmatização das religiões de matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa e de gênero. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também forma de resistência cotidiana às estruturas **que insistem em** invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela **é responsável pela** iniciação dos filhos de santo, pela organização dos ritos e pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes em *A cidade das Mulheres* (2002), o Candomblé de Salvador, **na década de** 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as** mulheres lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo que os homens.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, **em uma sociedade** marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de autonomia e** visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? **permite que as** mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes **rompendo com os estereótipos** tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam **os desafios do** preconceito externo **e, por vezes**, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a construção de uma** espiritualidade negra e feminina, **que afirma a subjetividade das** mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar **da valorização da** figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, **direta ou indiretamente**, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de um** conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, **que reconhece a força e a** sacralidade do feminino **e a cultura** patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno **exercício de sua** autoridade, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também **um espaço de** resistência política e subjetiva. **A ocupação de** cargos de liderança pelas mulheres **não é apenas um** ato religioso, mas um gesto **de enfrentamento ao** racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento **à violência doméstica** e apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando **o papel do** terreiro **para além do** espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também **se dá no** plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam

uma transgressão consciente **das normas de** gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais **de ser e existir**.

É **importante lembrar que** essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam **um terreno fértil para o** empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairros (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também **contribuem para a construção de uma sociedade mais justa** e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO **COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO**

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, **não se limitam ao exercício da** fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. **Essa experiência de** pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros **não é um** fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, **que reconhece o** sagrado **em todas as** manifestações **da vida e** acolhe a existência humana **em sua complexidade**. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, **a expressão de afetos e** corpos fora do padrão ?, as religiões de matriz africana celebram a pluralidade **dos modos de ser** mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que os terreiros se tornam espaços **de acolhimento para** muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se **pela primeira vez** aceitas **em sua totalidade**. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, é vista como dom sagrado. A

sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? é compreendida como parte da natureza humana e não como desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com a lógica da culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro não é apenas um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando todas as suas facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça. A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira é um ato de resgate do prazer, da autoestima e do direito de existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, de poder e de cuidado. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos com base no amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, o que faz com que o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam não apenas o racismo religioso, mas todo um sistema de opressão que insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito mais do que espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam **a força e a** resistência, mas também oferecem às mulheres **um modelo de** poder, liberdade e transformação. Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado **e a intolerância** religiosa.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais **na construção da** identidade feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), **a força e a** coragem (Iansã), **e a proteção e o cuidado** (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa **de poder em um contexto** social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e** racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade **de resistência e** transformação, podendo se ver representadas **em sua totalidade** ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez,** oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira **vai além da** mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, **a liberdade de** ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. **Ao contrário de** outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de resistência e** autonomia, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e **sua capacidade de agir de** maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira **não é apenas** uma figura que transgride; ela oferece **um espaço para a** reescrita de narrativas pessoais, **de maneira que** as mulheres possam se perceber como protagonistas **de suas vidas**. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra **um sistema que** impõe silenciamento e submissão, reafirmando **seu direito à** expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria **um espaço para a** ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão, como o racismo, o patriarcado **e a intolerância** religiosa. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial **no fortalecimento da** identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás

e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também **se torna uma prática de** resistência política. A intolerância religiosa e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras **fazem com que o ato de** cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira **se transforme em um ato** afirmativo de identidade. **Não se trata apenas de uma prática** religiosa, **mas de um** posicionamento contra **um sistema que** busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. **Nesse sentido, as** divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando que as mulheres negras têm **o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

Capítulo 6 ? **ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS**

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando **redes de afeto e** resistência. **No interior dos** terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é **o modo como as** Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. **Muitas vezes, o vínculo com** uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, **na prática, os** ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se encontram em** livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, **em que as** experiências individuais **de dor e** superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, **aquilo que a** escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), **as** religiões afro-brasileiras representam um **resgate do sentido de família para as pessoas** negras escravizadas **no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. **Em muitos relatos,** é no **contato com a** Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, **nesses contextos, não é apenas um** fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão **com o próprio corpo e com a própria** história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a **dizer o que** normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de** autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. **Nesse sentido, o** terreiro torna-se **um espaço de** reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), **um ?território de**

resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.? Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, **em torno de si**, espaços **de escuta e** solidariedade entre mulheres. **Muitas vezes, o** aconselhamento recebido **por meio de uma** Iyalorixá é compartilhado com outras, criando **uma rede de apoio que** vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras **vozes, e assim**, o sofrimento **deixa de ser** isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem **parte de uma** trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer **que a presença** das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural **da sociedade brasileira** por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando **o lugar de** fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi **por meio da** relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante **no Brasil, em especial, no** candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás **que, apesar do racismo e** do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...].?

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias **das mulheres que** as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E **ao fazer isso**, transformam terreiros **em territórios de liberdade e** reconstrução ? onde o feminino **não é apenas** celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), **é fundamental para** compreender como **diferentes formas de** opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto **das mulheres que atuam como** líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado **e a intolerância** religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. **No campo do** direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz **dos direitos humanos**, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam **não apenas a** marginalização **de gênero e** raça, **mas também a** intolerância **religiosa, o que** exige instrumentos jurídicos específicos. **Um exemplo disso é a Lei nº** 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito **de raça, cor,** etnia, religião ou

procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização

é essencial para garantir **não apenas o direito à liberdade** religiosa assegurado **pela Constituição Federal, mas também para** combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para **garantir o acesso à** justiça, a igualdade material **e o combate às** múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade **de gênero e** pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito **na construção de uma sociedade mais** inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé **não é um** detalhe periférico ? ele é, na verdade, o cerne **da experiência religiosa** e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país **como o Brasil**, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições **e nas relações** cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente **como espaços de** refúgio **diante de um** contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, **mas também de** sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais **que haviam sido** violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, **mas também por** resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, **seu corpo e** sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições **de poder e** prestígio simbólico ? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê ? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, **mas para a manutenção da** memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas **a força do axé, a capacidade de cuidar, de** curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, **por si só,** já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres **algo que a** sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras **redes de apoio** emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, **seu corpo e** sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão **nos leva a uma** reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos

tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços **e práticas que têm um papel** vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar **uma lógica de** invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, **garantindo o acesso a políticas públicas**, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos **é que as** mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas **em sua totalidade**: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, **seus corpos e** vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, **mais do que um** local de culto: é **um território de** reconstrução **subjéctiva e colectiva**, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas **em toda a sua** potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas **reflexões sobre o papel do** Direito na promoção da igualdade real, **sobre a importância das** epistemologias negras e femininas **na construção de uma sociedade mais justa**, e **sobre o** valor inestimável que **esses espaços de** acolhimento têm **para a construção de** vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro **um lugar de** força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. **Rio de Janeiro: Editora** da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade **no Brasil**. **São Paulo: Selo Negro**, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como** não-ser como fundamento do ser. **Tese (Doutorado em Educação)**, USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião **brasileira**. **São Paulo: Madras**, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano **que existe em** nós, brasileiros. **São Paulo: Moderna**, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade **brasileira**. **São Paulo: Brasiliense**, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma **brasileira** . **São Paulo: Companhia das Letras**, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. **São Paulo: Hucitec**, 2001.

SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corruptio, 2006.

SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.

PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.

RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025



=====

Arquivo 1: TCC 4 - 27 MAIO.pdf (6197 termos)

Arquivo 2: www.ffolp.usp.br/images_defesas/00_01_2011_11_15_42_01.pdf (112737 termos)

Termos comuns: 878

Índice de similaridade antigo: 0,31%

Novo índice de similaridade: 6,09%

Índice de agrupamento: Moderado

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: e4fc6f54a975ae6x26

=====

Mulheres **na Umbanda e** no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres **na Umbanda e** no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. **A partir de uma** abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, **a importância da figura feminina nos terreiros e** os desafios enfrentados **na busca por** reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam **a força, a sabedoria e a maternidade**, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. **Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são** exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo **um espaço de** ressignificação **da feminilidade e** liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como **gênero, raça e** intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando **a importância do** reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, **bem como o** papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO **DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS**

2.1 Origem e formação **da Umbanda e** do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A

pesquisa **se baseia em** literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender **a relação entre** gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e **a importância da** espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO **DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS**

2.1 Origem e formação **da Umbanda e** do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram **a partir do** encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, **entre os séculos XVI e XIX**. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas **e, muitas vezes**, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. **Esse processo de** troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, **das quais se** destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se **a partir do culto aos orixás** (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). **No período colonial**, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e **Rio de Janeiro**, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já **a Umbanda nasceu** em um contexto urbano, **no início do século XX**, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é **atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes**, em 1908, **no Rio de Janeiro**, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação **de uma nova** religião, destinada a unir elementos **do espiritismo kardecista**, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, **a Umbanda se** caracteriza pelo uso do português, pela diversidade **das entidades espirituais** cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual. **Ambas, no entanto**, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia **todos os seres** (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), **o terreiro é ?um espaço de reconfiguração identitária, onde a memória coletiva e as práticas culturais negras são preservadas e reinventadas?.**

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória **das religiões afro-brasileiras não pode ser compreendida** sem reconhecer as violências sofridas e as estratégias de resistência desenvolvidas **ao longo dos séculos. Desde o período** colonial, **práticas religiosas africanas** eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes **das religiões afro-brasileiras** recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. **Iemanjá, por exemplo**, foi associada à Nossa Senhora da Conceição; Oxum, à Nossa Senhora Aparecida; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência **das tradições africanas** sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, **mas também no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando como um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de** diálogo com diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão **no século XX**, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999). Apesar dos avanços legais, como **a garantia de** liberdade religiosa pela Constituição de 1946, **as religiões afro-brasileiras** continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente nos últimos anos, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos de religiões de matriz africana.

Mesmo sob essas adversidades, tanto **a Umbanda quanto** o Candomblé mantêm viva uma tradição de resistência e criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde **a força feminina** é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência **feminina é a presença das** yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes dimensões da experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das **pombagiras, entidades femininas** cultuadas na Umbanda, frequentemente **associadas à sexualidade**, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam **um papel central** na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para a afirmação **de sua liberdade e de seus** desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente **a Umbanda e o Candomblé**, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. **Em contraste com** muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam **as mulheres em** posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios. **Trata-se de uma** atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização das religiões de matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência **as mulheres que** ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa e de gênero. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também forma de resistência cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática na centralidade **da mulher no** Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos **filhos de santo**, pela organização dos ritos e pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes em **A cidade das Mulheres** (2002), o Candomblé de Salvador, na década de 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as mulheres** lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo **que os homens**.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, **em uma sociedade** marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se restringem** ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, **as mulheres também** ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite **que as mulheres** expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo **e, por vezes**, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros contribui para **a construção de** uma espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade **das mulheres como** agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização **da figura feminina** dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, **nas religiões afro-brasileiras**. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam **de forma assertiva** e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de um** conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece **a força e a sacralidade do feminino e a cultura** patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança **das mulheres**. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções de **gênero, raça e classe**.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também **um espaço de** resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas **mulheres não é apenas** um ato religioso, mas um gesto de enfrentamento ao racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona **o feminino como** força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando **o papel do** terreiro **para além do** espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. **No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas** da Umbanda, simbolizam

uma transgressão consciente das normas **de gênero**, **ao** expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais de ser e existir.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por **sua sexualidade** ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham **sob o peso de** múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairos (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres **nas religiões afro-brasileiras**. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem para **a construção de uma sociedade** mais justa e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO **DE CURA E** PERTENCIMENTO

As religiões afro-brasileiras, especialmente **a Umbanda e o Candomblé**, **não se limitam** ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta **não apenas na** aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros **não é um fenômeno** casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as** manifestações **da vida e** acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, as religiões de matriz africana celebram a pluralidade dos modos **de ser mulher**. **As** dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para **compreender por que** os terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem **não apenas uma** fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se **pela primeira vez** aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão **de beleza e** ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, **é vista como** dom sagrado. A

sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? é compreendida **como parte da** natureza humana e **não como** desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois **rompe com a lógica** da culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro não é apenas um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. **As mães e** pais de santo oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para **a percepção do** acolhimento nos terreiros **é a presença** marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações **do ?ser mulher?**, legitimando **todas as suas** facetas: **a força, a** delicadeza, a fertilidade, **a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a** justiça. **A mulher que sofre,** ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, **a presença das** Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento **de uma mulher** livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar **a Pombagira é um ato de** resgate do prazer, da autoestima e do direito de existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza **os corpos femininos e** suas expressões de desejo.

Por **tudo isso, é possível** afirmar que o acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, **de poder e** de cuidado. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos **com base no** amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também **está ligado à** horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria **uma ética de** respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento **não se dá** sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, **o que faz com que o** gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam **não apenas o** racismo religioso, mas todo **um sistema de** opressão que insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se **muito mais do que** espaços religiosos: são espaços de reexistência, **onde o feminino é** honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado no processo de empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem que as mulheres se vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado e a intolerância religiosa.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais na construção da identidade feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e a proteção e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder em um contexto social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão de gênero e racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade de resistência e transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, por sua vez, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora.

Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira vai além da mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, a liberdade de ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna a ideia de resistência e autonomia, sendo um modelo para as mulheres que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e sua capacidade de agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira não é apenas uma figura que transgride; ela oferece um espaço para a reescrita de narrativas pessoais, de maneira que as mulheres possam se perceber como protagonistas de suas vidas. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria um espaço para a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão, como o racismo, o patriarcado e a intolerância religiosa. Nos rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás

e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também se torna uma prática de resistência política. A intolerância religiosa e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem com que o ato de cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. Não se trata apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando que as mulheres negras têm o direito de existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto e resistência. No interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso por meio de pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é o modo como as Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes que não se encontram em livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, em que as experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), as religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família para as pessoas negras escravizadas no Brasil, que foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no contato com a Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, não é apenas um fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão com o próprio corpo e com a própria história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar um espaço de autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. Nesse sentido, o terreiro torna-se um espaço de reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um território de

resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas.?

Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou

procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização

é essencial para garantir **não apenas o** direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. **O estudo da liderança feminina na Umbanda e** no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade **de gênero e** pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção **de uma sociedade** mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres **nas religiões afro-brasileiras** vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: **trata-se de compreender** um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. **O acolhimento que essas mulheres** encontram dentro das tradições **da Umbanda e do Candomblé não é um** detalhe periférico? **ele é, na verdade,** o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais **de culto, mas também de** sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de **laços sociais que** haviam sido violentamente rompidos. **E é justamente** nesse chão, marcado por dor, **mas também por** resistência, **que as mulheres** negras encontraram um lugar onde sua voz, **seu corpo e** sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições **de poder e** prestígio simbólico? como iyaxorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê? e essas figuras são fundamentais **não apenas para** a condução dos rituais, mas para a manutenção **da memória e** da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, **as religiões afro-brasileiras** reconhecem nelas a força do axé, **a capacidade de** cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, **por si só,** já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo **que a sociedade** tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos **de si mesmas,** onde sua estética, **seu corpo e** sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social.

O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão **nos leva a uma reflexão** essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos

tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico **das religiões afro-brasileiras** para essas mulheres é perpetuar **uma lógica de** invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos **é que as mulheres** encontram **nas religiões afro-brasileiras** um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. **Elas não precisam se** adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, **seus corpos e** vozes ancestrais que são honrados e celebrados. **O terreiro é, assim, mais do que um** local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, **se reconhecer e** serem reconhecidas **em toda a sua** potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre **o papel do** Direito na promoção da igualdade real, sobre **a importância das** epistemologias negras e femininas na construção **de uma sociedade** mais justa, **e sobre o** valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para **a construção de** vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres **que, há séculos,** fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do** outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião **brasileira**. São Paulo: Madras, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. **Segredos guardados: Orixás na alma brasileira** . São Paulo: **Companhia das Letras**, 2005.
- PRANDI, Reginaldo. **Religião e sociedade: uma introdução à** sociologia das **religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Hucitec, 2001.

- SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.
- SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.
- SILVA, **Vagner Gonçalves da**. **Orixás da metrópole**: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.
- PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, 2005.
- BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.
- RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça **é uma mulher** negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: **o papel da mulher** nas religiões de matriz africana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio 2025



=====

Arquivo 1: [TCC 4 - 27 MAIO.pdf](#) (6197 termos)

Arquivo 2:

[direitos humanos di.../wp-content/uploads/2023/06/relatorio_de_intolerancia_religiosa.pdf](#) (59204 termos)

Termos comuns: 347

Índice de similaridade antigo: 0,53%

Novo índice de similaridade: 5,59%

Índice de agrupamento: Moderado

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: 528fcc5f7dca88cx40

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. A partir de uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, a importância da figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados na busca por reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. Da mesma forma, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo um espaço de resignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho incorpora a perspectiva da interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando a importância do reconhecimento jurídico e da proteção de seus direitos fundamentais, bem como o papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham um papel fundamental na identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina em papéis de liderança e proporcionam um espaço de protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas ao longo da história. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais e na organização comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo foi amplamente discutido pela antropóloga Ruth Landes em sua obra A Cidade das Mulheres, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça a centralidade da mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria e o acolhimento, sendo inspirações para as fiéis e para as lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade e a força da mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas de gênero e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros reforça a ideia de que a religiosidade afro-brasileira também é um espaço de libertação e autoafirmação para as mulheres. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros e a importância da representatividade na construção de uma espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada a perspectiva da interseccionalidade para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também

considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender a relação entre gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir do encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. Esse processo de troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se a partir do culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu em um contexto urbano, no início do século XX, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação de uma nova religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual.

Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o respeito aos ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (CONSTANTINO, 2015).

Além de sua função espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros foram (e ainda são) espaços de acolhimento para populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como **redes de apoio** comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), **o terreiro é ?um espaço** de reconfiguração identitária, onde a memória coletiva e as práticas culturais negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória **das religiões afro-brasileiras não pode ser** compreendida sem reconhecer **as violências sofridas e as estratégias** de resistência desenvolvidas **ao longo dos séculos**. Desde o **período colonial**, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas **?não cristãs?** e a posse de objetos rituais africanos. **No século XIX**, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir **a esse contexto** hostil, praticantes **das religiões afro-brasileiras** recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, **por exemplo, foi** associada à **Nossa Senhora da** Conceição; Oxum, à **Nossa Senhora Aparecida**; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas também **no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando **como um movimento** religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. Sua capacidade de diálogo com diferentes públicos, classes sociais **e tradições religiosas** lhe conferiu grande expansão **no século XX**, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como **a garantia de liberdade religiosa** pela Constituição de 1946, **as religiões afro-brasileiras** continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas **e agressões físicas** a praticantes (CARNEIRO, 2005). **Dados do Disque 100 (2022) indicam** que **as denúncias de intolerância religiosa aumentaram** expressivamente **nos últimos anos**, sendo **a maioria** delas direcionadas a adeptos **de religiões de matriz africana**.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição **de resistência e criação cultural**. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros

desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é a presença das yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam **diferentes dimensões da** experiência das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central na desconstrução de normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico **para a afirmação de sua liberdade e de** seus desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente **a Umbanda e o Candomblé**, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios.

Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com **estruturas sociais e religiões que** insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização **das religiões de matrizes africanas**, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência **as mulheres que** ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: **religiosa e de gênero**. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também **forma de resistência** cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou **mãe de santo**, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela **é responsável pela** iniciação dos filhos de santo, pela organização dos ritos e pela manutenção **da casa de axé**. Como observa Ruth Landes em A cidade das Mulheres (2002), o Candomblé de Salvador, **na década de 1930**, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as mulheres** lideravam e organizavam os cultos, muitas vezes com maior protagonismo **que os homens**.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, em **uma sociedade marcada por** normas patriarcais, torna o Candomblé um espaço de autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização

comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite que as mulheres expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros contribui para a construção de uma espiritualidade negra e feminina, que afirma a subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, direta ou indiretamente, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela a existência de um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece a força e a sacralidade do feminino e a cultura patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo em espaços que valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para o pleno exercício de sua autoridade, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro torna-se também um espaço de resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres não é apenas um ato religioso, mas um gesto de enfrentamento ao racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. Trata-se de uma espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à violência doméstica e apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando o papel do terreiro para além do espaço litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e

maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais de ser e existir.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade **ou por sua liderança**. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairros (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também contribuem **para a construção de uma sociedade mais justa** e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

As religiões afro-brasileiras, especialmente **a Umbanda e o Candomblé**, não se limitam ao **exercício da fé** nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta **não apenas na** aceitação das diferenças, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros **não é um fenômeno** casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as** manifestações da vida e acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente **de religiões que** historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, a expressão de afetos e corpos fora do padrão ?, **as religiões de matriz africana** celebram a pluralidade **dos modos de ser mulher**. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que os terreiros se tornam espaços de acolhimento para muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural **e a violência** social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se **pela primeira vez** aceitas **em sua totalidade**. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de

beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, é vista como dom sagrado. A sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? é compreendida como parte da natureza humana e não como desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois rompe com a lógica da culpa e do pecado que tantas vezes aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro não é apenas um local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. As **mães e pais de santo** oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar **e da intolerância religiosa**. Muitas casas de axé atuam também **como espaços de** formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, mostrando que a espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando **todas as suas** facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça. **A mulher que** sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima sua trajetória e oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, a presença das Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam o empoderamento de uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira **é um ato de** resgate do prazer, da autoestima e **do direito de** existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo isso, é possível **afirmar que o** acolhimento nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, **social e política**. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, de poder e de cuidado. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos **com base no** amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente **alvo de intolerância religiosa**, ataques e discriminação, o que faz com que o gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne um ato político e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para **essas mulheres, os** terreiros desafiam não apenas o racismo religioso, mas todo um sistema de opressão que insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito mais do que espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de

transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS)

NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, **como a Umbanda e o Candomblé**. Como já discutido no Capítulo 4, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem **que as mulheres** se vejam refletidas em suas próprias histórias, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado **e a intolerância religiosa**.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, entre outras ? são fundamentais **na construção da identidade** feminina dentro dessas religiões. Cada uma delas encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e a proteção e o cuidado (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam as experiências vividas pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder em um contexto social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e racial**. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade **de resistência e** transformação, podendo se ver representadas **em sua totalidade** ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez**, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade **e liberdade sexual**, Pombagira vai além da mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, **a liberdade de** ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. **Ao contrário de** outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de resistência e** autonomia, sendo um modelo **para as mulheres que** buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e sua capacidade de agir de maneira independente.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar suas próprias histórias e vivências. Pombagira **não é apenas uma** figura que transgredir; ela oferece **um espaço para** a reescrita de narrativas pessoais, de maneira **que as mulheres** possam se perceber como protagonistas de suas vidas. As histórias de Pombagira estão entrelaçadas com aquelas **de mulheres que** desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando seu direito à expressão plena e à autonomia.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria **um espaço para** a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam **múltiplas formas de** opressão, **como o racismo**, o patriarcado **e a intolerância religiosa**. **Nos**

rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento da identidade das mulheres. Ao se relacionarem com as yabás e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações sociais e culturais impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também **se torna uma** prática de resistência política. **A intolerância religiosa e a** perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem com que **o ato de** cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata** apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando **que as mulheres** negras têm **o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar suas identidades e direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam **corpos, histórias e** comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes de afeto e resistência. No interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam na reconstrução de outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é o modo como as Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se** encontram em livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, **em que as** experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), **?as religiões afro-brasileiras** representam um resgate do sentido de família **para as pessoas negras** escravizadas **no Brasil, que** foram separadas de suas famílias consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no contato com a Iyalorixá que mulheres encontram as palavras que não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas um fenômeno** espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão com o próprio corpo **e com a** própria história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a dizer o que normalmente não d iriam, a ocupar um espaço **de autoridade e** sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. **Nesse sentido, o** terreiro torna-se um

espaço de reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um ?território de resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura **de matrizes africanas**.? Há também uma **dimensão coletiva** e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, **em torno de** si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido **por meio de** uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma **rede de apoio** que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento **deixa de ser** isolado ? torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural **da sociedade brasileira** por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi **por meio da** relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), ?a raiz matriarcal **das religiões de matriz africana é** preponderante **no Brasil, em especial, no** candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar **do racismo e** do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...]?.

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. **E ao fazer** isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução ? onde o feminino **não é apenas** celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé
A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão ? como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa ? se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em **religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé**, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado **e a intolerância religiosa, que** frequentemente se manifestam de forma interligada. **No campo do direito**, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz **dos direitos humanos**, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação **dos direitos fundamentais** ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação ? **como o racismo** estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização **de gênero e** raça, mas também **a intolerância**

religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído pela Lei nº 11.635/2007 e celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da luta contra a violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 de janeiro de 2000.

Sete anos depois, a criação da lei federal e a inclusão da data no Calendário Cívico da União reforçam a importância de reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas formas de opressão de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e exercício de autonomia, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas dos centros de poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, que, ao longo de sua vida, se tornou uma figura emblemática de resistência ao racismo e à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou um papel fundamental na preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco na luta contra o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, mas também por sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como a Lei nº 10.639/2003 ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas

escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico ? ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico ? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê ? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo que a sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, mais do que um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas em toda a sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre o papel do Direito na promoção da igualdade real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para a construção de vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião brasileira. São Paulo: Madras, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- PRANDI, Reginaldo. **Religião e sociedade**: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.
- SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.
- SILVA, **Vagner Gonçalves da**. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.
- PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. **Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.
- BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade **no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.
- RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago** Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam **combate à intolerância religiosa**. 21 jan. 2025. **Disponível em:** <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. **Disponível em:** <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas **religiões de matriz africana**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? **Ânima Educação**, Palhoça, SC. **Disponível em:**



<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio
2025

=====

Arquivo 1: [TCC 4 - 27 MAIO.pdf](#) (6197 termos)

Arquivo 2:

[acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Cumprida-Cidade-Ed-Infant-2ed.pdf](#) (72833 termos)

Termos comuns: 322

Índice de similaridade antigo: 0,41%

Novo índice de similaridade: 5,19%

Índice de agrupamento: Moderado

O texto abaixo é o conteúdo do documento **Arquivo 1**. Os termos em vermelho foram encontrados no documento **Arquivo 2**. Id da comparação: 6de58fbf28946a5x44

=====

Mulheres na Umbanda e no Candomblé: História, Liderança e Resistência ao

Patriarcado

JÚLIA SANTOS LIMA

RESUMO

Este artigo investiga a presença e a atuação das mulheres na Umbanda e no Candomblé, destacando sua liderança, resistência e contribuição na desconstrução do patriarcado dentro dessas tradições religiosas. A pesquisa busca compreender como essas religiões afro-brasileiras criam espaços de acolhimento e empoderamento, permitindo que mulheres e outras minorias ocupem posições de destaque. **A partir de uma** abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e relatos históricos, o estudo analisa o contexto sociocultural dessas práticas espirituais, **a importância da** figura feminina nos terreiros e os desafios enfrentados **na busca por** reconhecimento e igualdade. O artigo também discute o impacto da religiosidade afrobrasileira na representatividade e no fortalecimento de identidades marginalizadas. Além disso, são analisadas as yabás ? divindades femininas do panteão afro-brasileiro, como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ?, que simbolizam a força, a sabedoria e a maternidade, sendo referências para o empoderamento feminino dentro dos terreiros. **Da mesma forma**, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, são exploradas como símbolos de empoderamento e transgressão das normas patriarcais, oferecendo **um espaço de** ressignificação da feminilidade e liberdade sexual. Por fim, o trabalho **incorpora a perspectiva da** interseccionalidade para analisar como gênero, raça e intolerância religiosa se entrelaçam nas experiências dessas mulheres, destacando **a importância do** reconhecimento jurídico e da proteção **de seus direitos** fundamentais, **bem como o** papel transformador do Direito na promoção de justiça social, igualdade e pluralismo religioso.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem **e formação da** Umbanda e do Candomblé

2.2 Influências culturais e resistências históricas

3. Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO

5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

1. INTRODUÇÃO As religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, desempenham **um papel fundamental na** identidade cultural do Brasil, sendo reconhecidas por seus valores de acolhimento, diversidade e resistência histórica. Diferente de estruturas religiosas tradicionais marcadas pela hierarquia patriarcal, essas tradições espirituais destacam a presença feminina **em papéis de** liderança e proporcionam **um espaço de** protagonismo para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A relevância das mulheres dentro dos terreiros transcende a prática religiosa, tornando-se um símbolo de resistência contra as opressões sociais impostas **ao longo da história**. Mães de santo, yalorixás e outras lideranças femininas exercem funções essenciais na preservação dos ensinamentos ancestrais **e na organização** comunitária, desafiando a lógica patriarcal dominante. Esse protagonismo **foi amplamente discutido** pela antropóloga Ruth Landes em **sua obra A Cidade das Mulheres**, onde destaca como as ialorixás ocupam posições de grande influência no Candomblé, reforçando a centralidade feminina nessas tradições religiosas. Além disso, a força das yabás ? orixás femininas como Iansã, Oxum, Iemanjá e Nanã ? reforça **a centralidade da** mulher nessas religiões. Essas divindades representam diferentes aspectos da força feminina, como a coragem, a fertilidade, a sabedoria **e o acolhimento**, sendo inspirações para as fiéis **e para as** lideranças religiosas. Outro elemento essencial no contexto da Umbanda são as Pombagiras, entidades femininas que simbolizam a liberdade, a sensualidade **e a força da** mulher. Diferente das imagens tradicionais de santidade feminina, as Pombagiras são figuras transgressoras, desafiando normas **de gênero** e promovendo uma visão da feminilidade desvinculada da submissão patriarcal. Sua presença nos terreiros **reforça a ideia de que a** religiosidade afro-brasileira **também é um espaço de** libertação e autoafirmação **para as mulheres**. Este artigo busca analisar de que forma a Umbanda e o Candomblé se afastam da estrutura patriarcal e oferecem ambientes de acolhimento e fortalecimento para mulheres. Para isso, serão abordados o contexto histórico dessas religiões, os desafios enfrentados pelas mulheres dentro dos terreiros **e a importância da** representatividade **na construção de uma** espiritualidade inclusiva. Além desses aspectos, será incorporada **a perspectiva da** interseccionalidade para compreender como **diferentes formas de opressão** ? como racismo, sexismo e intolerância religiosa ? se cruzam e impactam a vivência das mulheres nos espaços religiosos. A análise também

considerará o papel do Direito na proteção dessas mulheres, destacando avanços legislativos, desafios jurídicos e a importância de reconhecer juridicamente suas identidades e lutas. A pesquisa se baseia em literatura acadêmica e relatos históricos para demonstrar como essas religiões afro-brasileiras continuam sendo espaços fundamentais de resistência e transformação social. Compreender a relação entre gênero, raça, religiosidade e direitos dentro do contexto afro-brasileiro permite um olhar mais aprofundado sobre a desconstrução das normas patriarcais e a importância da espiritualidade e do amparo jurídico na promoção da igualdade e do empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2 ? CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

2.1 Origem e formação da Umbanda e do Candomblé

As religiões afro-brasileiras surgiram a partir do encontro forçado entre diferentes povos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Povos de etnias e tradições distintas ? como os iorubás (nagôs), jejes e bantos ? tiveram que compartilhar espaços, adaptar práticas e, muitas vezes, fundir elementos de suas religiões para sobreviver à opressão colonial. Esse processo de troca, sobreposição e síntese cultural gerou um conjunto complexo de expressões religiosas, das quais se destacam o Candomblé e a Umbanda (PRANDI, 2001).

O Candomblé, uma das mais antigas religiões afro-brasileiras, estruturou-se a partir do culto aos orixás (de origem iorubá), voduns (nação jeje) e inquices (banto). A palavra ?Candomblé? designava originalmente uma festa ou reunião religiosa, mas tornou-se o nome geral desse sistema ritualístico no Brasil (SILVEIRA, 2006). No período colonial, as casas de culto surgiram principalmente na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, funcionando como espaços de resistência e preservação cultural. Nesses terreiros, eram realizadas práticas como oferendas, danças sagradas e iniciações, sempre guiadas por uma hierarquia rígida e pelo respeito às tradições orais (CARNEIRO, 2011).

Já a Umbanda nasceu em um contexto urbano, no início do século XX, marcada por um forte sincretismo religioso. Seu surgimento oficial é atribuído ao médium Zélio Fernandino de Moraes, em 1908, no Rio de Janeiro, após uma sessão espírita onde a entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas teria anunciado a fundação de uma nova religião, destinada a unir elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo popular, do Candomblé, das religiões indígenas e de tradições esotéricas (ORTIZ, 1999). A Umbanda consolidou-se como uma religião aberta e inclusiva, com ênfase na prática mediúnica, na caridade e no atendimento espiritual gratuito.

Enquanto o Candomblé preserva os idiomas africanos (como o iorubá), os cânticos e os mitos tradicionais, a Umbanda se caracteriza pelo uso do português, pela diversidade das entidades espirituais cultuadas (pretos-velhos, caboclos, crianças, pombagiras) e pela flexibilidade ritual.

Ambas, no entanto, compartilham valores essenciais, como o **respeito aos** ancestrais, à natureza e à energia vital que permeia todos os seres (CONSTANTINO, 2015).

Além **de sua função** espiritual, essas religiões sempre tiveram um papel social relevante. Os terreiros **foram (e ainda são)** espaços **de acolhimento para** populações marginalizadas - negros, mulheres, pessoas pobres, LGBTQIA+, funcionando como redes de apoio comunitário e resistência cultural. Como destaca Muniz Sodré (1998), o terreiro **é ?um espaço de** reconfiguração identitária, onde a memória coletiva **e as práticas culturais** negras são preservadas e reinventadas?.

2.2 Influências culturais e resistências históricas

A trajetória das religiões afro-brasileiras **não pode ser** compreendida sem reconhecer as violências sofridas **e as estratégias de** resistência desenvolvidas **ao longo dos** séculos. Desde o período colonial, práticas religiosas africanas eram consideradas heresias e feitiçarias pelas autoridades católicas e civis, sendo constantemente reprimidas. Leis proibiam batuques, danças, rezas ?não cristãs? e a posse de objetos rituais africanos. No século XIX, os códigos penais qualificavam como crime **a prática de** curandeirismo e feitiçaria, permitindo a prisão de sacerdotes e sacerdotisas afro-brasileiros (MOTT, 1992).

Para resistir a esse contexto hostil, praticantes das religiões afro-brasileiras recorreram ao sincretismo religioso. O sincretismo foi uma poderosa estratégia de camuflagem cultural: orixás eram identificados com santos católicos, e práticas rituais africanas eram realizadas sob a fachada de festas e celebrações cristãs. Iemanjá, por exemplo, foi associada à **Nossa Senhora da** Conceição; Oxum, à **Nossa Senhora Aparecida**; e Ogum, a São Jorge. Esse cruzamento simbólico permitiu a sobrevivência das tradições africanas sob o disfarce do catolicismo, mesmo que isso implicasse adaptações e ressignificações (PRANDI, 2005).

No caso da Umbanda, a resistência se deu não apenas diante das autoridades civis, mas também **no campo das** disputas simbólicas. Inicialmente marginalizada tanto pelo espiritismo kardecista quanto pelas religiões afro-brasileiras mais tradicionais, a Umbanda foi gradualmente se consolidando como um movimento religioso urbano, popular e profundamente brasileiro. **Sua capacidade de** diálogo com diferentes públicos, classes sociais e tradições religiosas lhe conferiu grande expansão no século XX, sobretudo no Sudeste brasileiro (ORTIZ, 1999).

Apesar dos avanços legais, como a garantia de liberdade religiosa pela Constituição de 1946, as religiões afro-brasileiras continuaram (e continuam) enfrentando preconceito e violência. O chamado racismo religioso se manifesta de múltiplas formas: desde representações midiáticas distorcidas e criminalizantes até ataques diretos a terreiros, depredações de imagens sagradas e agressões físicas a praticantes (CARNEIRO, 2005). Dados do Disque 100 (2022) indicam que as denúncias de intolerância religiosa aumentaram expressivamente **nos últimos anos**, sendo a maioria delas direcionadas a adeptos de religiões de matriz africana.

Mesmo sob essas adversidades, tanto a Umbanda quanto o Candomblé mantêm viva uma tradição de resistência e criação cultural. Além de perpetuar saberes ancestrais, essas religiões oferecem espaços alternativos ao modelo social patriarcal, criando redes de liderança e poder feminino. Como observa Sueli Carneiro (2003), o protagonismo das mulheres nos terreiros

desafia as estruturas hegemônicas da sociedade, trazendo à tona um modelo onde a força feminina é sacralizada e central.

Um aspecto essencial dessa resistência feminina é **a presença das** yabás ? divindades femininas como Iansã, Oxum, Nanã e Iemanjá ? que representam diferentes **dimensões da experiência** das mulheres: da sensualidade à maternidade, da sabedoria ancestral à força guerreira. Esses arquétipos fornecem às mulheres praticantes modelos positivos de identidade e poder, funcionando como referências espirituais e sociais para o empoderamento feminino (BAIRROS, 2000).

Também merece destaque a figura das pombagiras, entidades femininas cultuadas na Umbanda, frequentemente associadas à sexualidade, à transgressão e à defesa das mulheres. Apesar de sofrerem estigmatizações, as pombagiras ocupam um papel central **na desconstrução de** normas patriarcais, oferecendo às mulheres um espaço simbólico para a afirmação de sua liberdade **e de seus** desejos (CONSTANTINO, 2015).

Capítulo 3 ? Mulheres nos Terreiros: Liderança, Desafios e Resistência ao Patriarcado

As religiões afro-brasileiras, notadamente a Umbanda e o Candomblé, constituem espaços singulares de atuação feminina no campo espiritual social. Em contraste com muitas tradições religiosas hegemonicamente patriarcais, os terreiros colocam as mulheres em posições centrais de poder, seja na condução de rituais, na transmissão de conhecimento ancestral ou na administração comunitária. Essa liderança feminina, contudo, não está isenta de desafios.

Trata-se de uma atuação permeada por conflitos, tensões e disputas com estruturas sociais e religiões que insistem em marginalizar ou silenciar as vozes dessas mulheres. Externamente, as lideranças femininas enfrentam o preconceito religioso, que se alia ao patriarcado para deslegitimar a autoridade das mulheres em espaços de poder espiritual. A estigmatização das religiões de matrizes africanas, frequentemente associadas a práticas demonizadas por discursos religiosos hegemônicos, atinge com especial virulência as mulheres que ocupam funções de liderança, tornando-se alvo de duplas violências: religiosa **e de gênero**. Assim, a atuação dessas mulheres constitui não apenas exercício de fé, mas também forma de resistência cotidiana às estruturas que insistem em invisibilizá-las.

3.1 O Papel das Mulheres na Estrutura Religiosa

A figura da ialorixá, ou mãe de santo, é emblemática na centralidade da mulher no Candomblé. Detentora de profundo conhecimento dos rituais, das práticas ancestrais e tradicionais, ela é responsável pela iniciação dos filhos de santo, pela organização dos ritos e pela manutenção da casa de axé. Como observa Ruth Landes **em A cidade** das Mulheres (2002), o Candomblé de Salvador, na década de 1930, apresentava uma estrutura quase matriarcal, **em que as mulheres** lideravam e organizavam os cultos, **muitas vezes com** maior protagonismo que os homens.. Landes (2002) argumenta que essa inversão simbólica do poder, em uma sociedade marcada por normas patriarcais, torna o Candomblé **um espaço de** autonomia e visibilidade feminina. As ialorixás detêm saberes **que não se** restringem ao domínio religioso, mas que englobam conhecimentos sobre plantas medicinais, cura espiritual, genealogia dos orixás e organização

comunitária. Em muitos terreiros, elas são referências centrais de autoridade moral, espiritual e social.

Na Umbanda, embora a hierarquia espiritual possa variar conforme a vertente ou casa, as mulheres também ocupam cargos de destaque, como dirigentes, mães pequenas, cambonas e médiuns. A prática mediúnica ? especialmente nas incorporações das entidades femininas como Pombagiras e caboclas ? permite **que as mulheres** expressem uma espiritualidade ativa e afirmativa, muitas vezes rompendo com os estereótipos tradicionais da feminilidade submissa. As lideranças femininas na Umbanda também enfrentam os desafios do preconceito externo e, por vezes, de resistências internas à sua autoridade.

Essa presença ativa na estrutura religiosa das duas tradições desafia diretamente o modelo patriarcal dominante em diversas religiões cristãs ocidentais, onde a liderança espiritual feminina ainda é amplamente contestada ou restrita. Como destaca Sueli Carneiro (2003), o protagonismo feminino nos terreiros **contribui para a construção de uma** espiritualidade negra e feminina, **que afirma a** subjetividade das mulheres como agentes de fé, cura e transformação social.

3.2 Conflitos e Resistência Contra o Patriarcado

Apesar da valorização da figura feminina dentro dos terreiros, o patriarcado ainda se manifesta, **direta ou indiretamente**, nas religiões afro-brasileiras. Algumas casas reproduzem hierarquias que privilegiam homens em cargos de decisão ou impõem limites à atuação das mulheres em determinados rituais. Há, ainda, pressões sociais externas que questionam a autoridade de mulheres líderes religiosas, especialmente quando essas lideranças se expressam de forma assertiva e autônoma.

Esse contexto revela **a existência de** um conflito simbólico entre a cosmovisão dessas religiões, que reconhece a força e a sacralidade do feminino **e a cultura** patriarcal dominante, que tenta submeter ou deslegitimar a liderança das mulheres. Como analisa Sueli Carneiro (2003), mesmo **em espaços que** valorizam o feminino, as mulheres negras continuam enfrentando barreiras para **o pleno exercício** de sua autoridade, devido a intersecções de gênero, raça e classe.

Nesse cenário, o terreiro **torna-se também um espaço de** resistência política e subjetiva. A ocupação de cargos de liderança pelas mulheres **não é apenas um** ato religioso, mas um gesto de enfrentamento ao racismo estrutural, à misoginia e à marginalização histórica das mulheres negras. **Trata-se de uma** espiritualidade insurgente, que reposiciona o feminino como força vital, criadora e revolucionária.

Além disso, muitas líderes religiosas têm atuado na promoção de educação política, saúde comunitária, enfrentamento à **violência doméstica e** apoio a vítimas de intolerância religiosa, ampliando **o papel do** terreiro **para além do espaço** litúrgico. Essas ações reforçam a dimensão social da espiritualidade afro-brasileira, integrando fé e luta por justiça.

A resistência ao patriarcado também se dá no plano simbólico e espiritual. A reverência às yabás, como Nanã, Oxum, Iansã e Iemanjá, representa a sacralização de valores tradicionalmente associados ao feminino ? sabedoria, acolhimento, sensualidade, coragem e

maternidade ?, subvertendo a lógica patriarcal que historicamente inferioriza essas qualidades. No mesmo sentido, as Pombagiras, entidades femininas da Umbanda, simbolizam uma transgressão consciente das normas de gênero, ao expressarem autonomia sexual, prazer e poder. Como analisa Pelúcio (2005), essas entidades operam uma ressignificação da feminilidade, permitindo que mulheres desafiem normas patriarcais e explorem formas plurais **de ser e existir**.

É importante lembrar que essa atuação não ocorre sem consequências. Muitas mulheres líderes são alvo de estigmas, preconceitos e até perseguições ? seja por sua religiosidade, por sua cor, por sua sexualidade ou por sua liderança. Isso evidencia que, embora os terreiros ofereçam um terreno fértil para o empoderamento feminino, as mulheres ainda caminham sob o peso de múltiplas opressões.

Entretanto, como observa Luiza Bairros (2011), é justamente nesse cruzamento entre fé, ancestralidade e luta política que reside o poder transformador das mulheres nas religiões afro-brasileiras. Ao desafiar os limites impostos pelo patriarcado e ao propor novos modelos de poder, elas não apenas fortalecem suas comunidades, como também **contribuem para a construção de uma sociedade mais** justa e equitativa.

4 ESPIRITUALIDADE, IDENTIDADE E ACOLHIMENTO: O TERREIRO **COMO ESPAÇO DE CURA E PERTENCIMENTO**

As religiões afro-brasileiras, especialmente a Umbanda e o Candomblé, não se limitam ao exercício da fé nos moldes convencionais. Para muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, pobres e periféricas, os terreiros representam lugares de refúgio, cura, reconstrução identitária e acolhimento. Essa experiência de pertencimento profundo, muitas vezes ausente em outras tradições religiosas mais hierarquizadas e patriarcais, se manifesta não apenas na **aceitação das diferenças**, mas na valorização das trajetórias pessoais, da corporeidade, da ancestralidade e das dores vividas.

O acolhimento nos terreiros **não é um** fenômeno casual. Ele se ancora em uma cosmovisão espiritual inclusiva e matrifocal, que reconhece o sagrado **em todas as manifestações da vida e** acolhe a existência humana em sua complexidade. Diferentemente de religiões que historicamente impuseram silenciamentos e interditos ao feminino ? condenando a liberdade sexual, a maternidade solo, **a expressão de** afetos e corpos fora do padrão ?, as religiões de matriz africana celebram a pluralidade **dos modos de ser** mulher. As dores não são ignoradas; são vistas, escutadas e transmutadas nos ritos, nas rezas, nos toques de atabaque e nos gestos coletivos de afeto.

Como aponta Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade é um elemento-chave para compreender por que os terreiros se tornam espaços **de acolhimento para** muitas mulheres. O patriarcado, o racismo estrutural e a violência social impactam diretamente suas vidas. Em resposta, os terreiros oferecem não apenas uma fé que as reconhece, mas uma comunidade que as protege, as fortalece e as empodera.

Muitas mulheres relatam que, ao ingressarem nos terreiros, sentiram-se pela primeira vez aceitas em sua totalidade. O cabelo crespo não era motivo de vergonha, mas expressão de

beleza e ancestralidade. A maternidade, frequentemente condenada em contextos religiosos tradicionais quando associada à ?falha moral? da mulher, **é vista como** dom sagrado. A sexualidade ? inclusive a homoafetiva ? **é compreendida como** parte da natureza humana e **não como** desvio a ser corrigido. Isso promove uma cura espiritual e psíquica, pois **rompe com a lógica** da culpa e do pecado **que tantas vezes** aprisiona mulheres em outras vivências religiosas.

Nesse sentido, o terreiro **não é apenas um** local de ritual. É espaço terapêutico, educativo e político. A acolhida vai além da escuta espiritual. As mães e pais de santo oferecem apoio diante da violência doméstica, da pobreza, da exclusão escolar e da intolerância religiosa. Muitas casas de axé atuam também como espaços de formação cidadã, de educação em saúde e de fortalecimento de vínculos comunitários, **mostrando que a** espiritualidade afro-brasileira está intrinsecamente ligada à vida cotidiana e à justiça social.

Outro ponto crucial para a percepção do acolhimento nos terreiros é a presença marcante das yabás ? orixás femininas como Iemanjá, Oxum, Iansã e Nanã ? que encarnam diferentes manifestações do ?ser mulher?, legitimando **todas as suas** facetas: a força, a delicadeza, a fertilidade, a sabedoria, a fúria, o amor, a sensualidade e a justiça. A mulher que sofre, ama, luta, resiste e renasce encontra nas personalidades yabás um espelho espiritual poderoso, que legitima **sua trajetória e** oferece sentido às suas dores e conquistas.

Além das yabás, **a presença das** Pombagiras intensifica essa experiência de acolhimento feminino. Entidades que enfrentam estigmas e julgamentos, mas que representam **o empoderamento de** uma mulher livre, estrategista e protetora. Para muitas mulheres, cultivar a Pombagira **é um ato** de resgate do prazer, da autoestima e do direito de existir sem culpas. É uma ruptura com a moralidade opressora que frequentemente criminaliza os corpos femininos e suas expressões de desejo.

Por tudo **isso, é possível** afirmar **que o acolhimento** nos terreiros opera em várias camadas: espiritual, psicológica, social e política. Ele devolve às mulheres sua inteireza, rompe com silenciamentos históricos e as convida a ocupar espaços de fala, de poder **e de cuidado**. Os terreiros são ?territórios de afetividade e cura ancestral?, onde as mulheres podem elaborar suas dores e reconstruir seus mundos com base no amor, na fé e na coletividade.

O sentimento de acolhimento também está ligado à horizontalidade das relações. Embora existam hierarquias rituais, o reconhecimento é dado pelo tempo de casa, pela dedicação e pela sabedoria adquirida, não por imposições dogmáticas. Isso cria uma ética de respeito mútuo, onde cada mulher ? iniciada ou visitante ? é tratada com dignidade e consideração.

Por fim, vale destacar que esse acolhimento não se dá sem luta. Os terreiros são constantemente alvo de intolerância religiosa, ataques e discriminação, **o que faz com que o** gesto de acolher uma mulher violentada, abandonada ou marginalizada se torne **um ato político** e contra hegemônico. Ao abrir suas portas para essas mulheres, os terreiros desafiam não apenas o racismo religioso, mas todo **um sistema de opressão que** insiste em negar humanidade plena às mulheres negras.

Assim, os terreiros tornam-se muito **mais do que** espaços religiosos: são espaços de reexistência, onde o feminino é honrado, a dor é acolhida e a fé é uma ferramenta de

transformação.

CAPÍTULO 5: O PAPEL DAS DIVINDADE FEMININAS (YABÁS E POMBAGIRAS) NO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

As divindades femininas, especialmente yabás e as pombagiras, desempenham um papel central e multifacetado **no processo de** empoderamento feminino nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Como já **discutido no Capítulo 4**, essas entidades não apenas simbolizam a força e a resistência, mas também oferecem às mulheres um modelo de poder, liberdade e transformação. Elas permitem **que as mulheres** se vejam refletidas em **suas próprias histórias**, representando diversas facetas da feminilidade, desde o cuidado maternal até a luta e a resistência contra o patriarcado e a intolerância religiosa.

Os orixás femininos ? Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã, **entre outras ? são** fundamentais na **construção da identidade** feminina dentro dessas religiões. **Cada uma delas** encarna uma faceta específica da mulher, como a maternidade, amor próprio e a beleza (Oxum), a sabedoria e a ancestralidade (Naná), a força e a coragem (Iansã), e **a proteção e o cuidado** (Iemanjá). Essas divindades não apenas refletem aspectos universais da feminilidade, mas também validam **as experiências vividas** pelas mulheres dentro dos terreiros. Elas representam uma alternativa de poder **em um contexto** social onde as mulheres, especialmente as negras, frequentemente enfrentam opressão **de gênero e** racial. Ao cultuarem essas entidades, as mulheres se sentem conectadas a uma ancestralidade de resistência e transformação, podendo se ver representadas em sua totalidade ? nas suas forças, fraquezas, dores e conquistas.

A figura de Pombagira, **por sua vez**, oferece uma visão distinta e igualmente empoderadora. Embora muitas vezes associada a aspectos de sensualidade e liberdade sexual, Pombagira vai além da mera celebração do corpo feminino, sendo a personificação da mulher que desafia as normas sociais e patriarcais. Sua representação transgressora simboliza a autonomia da mulher, **a liberdade de** ser quem ela é sem culpas ou restrições impostas pela sociedade. Ao contrário de outras figuras femininas limitadas a papéis de cuidado ou submissão, a Pombagira encarna **a ideia de** resistência e autonomia, sendo **um modelo para as mulheres** que buscam reconquistar sua identidade, sua autoestima e **sua capacidade de agir de maneira independente**.

Além disso, ao incorporar Pombagira, as mulheres são convidadas a ressignificar **suas próprias histórias** e vivências. Pombagira **não é apenas uma** figura que transgredir; ela oferece **um espaço para a** reescrita de narrativas pessoais, **de maneira que as mulheres** possam se perceber como protagonistas **de suas vidas**. **As histórias de** Pombagira estão entrelaçadas com aquelas de mulheres que desafiaram as normas sociais e buscaram sua liberdade. Essas histórias exemplificam como, ao incorporá-la, as mulheres se sentem fortalecidas e capacitadas para se posicionar contra um sistema que impõe silenciamento e submissão, reafirmando **seu direito à** expressão plena **e à autonomia**.

Tanto as yabás quanto as pombagiras, portanto, se tornam fontes poderosas de empoderamento dentro dos terreiros, pois oferecem uma visão alternativa da mulher, desafiando os estereótipos impostos pela sociedade e religiões do ocidente. O culto a essas divindades cria **um espaço para** a ressignificação das experiências pessoais das mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas **formas de opressão**, como o racismo, o patriarcado e a intolerância religiosa. Nos

rituais, essas entidades conduzem processos de cura espiritual, mas também desempenham um papel essencial no fortalecimento **da identidade das** mulheres. Ao se relacionarem com as yabás e as pombagiras, as mulheres podem se ver como agentes de transformação em suas próprias vidas, acessando forças superiores que vão além das limitações **sociais e culturais** impostas a elas.

Além do empoderamento espiritual, o culto a essas divindades femininas também se torna **uma prática de** resistência política. A intolerância religiosa e a perseguição histórica às religiões afro-brasileiras fazem **com que o ato de** cultuar figuras como Iemanjá, Oxum, Iansã, Nanã e Pombagira se transforme em um ato afirmativo de identidade. **Não se trata** apenas de uma prática religiosa, mas de um posicionamento contra um sistema que busca minimizar ou apagar as culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, as divindades femininas, em especial as pombagiras, se inserem como um símbolo de resistência, reafirmando **que as mulheres** negras **têm o direito de** existir de maneira plena, livre de opressões. Ao cultuar essas divindades, as mulheres não estão apenas buscando poder espiritual, mas também se posicionando ativamente contra as estruturas que buscam subjugar **suas identidades e** direitos.

Capítulo 6 ? ENTRE CORPOS E ESPÍRITOS: MATRIPOTÊNCIA, ANCESTRALIDADE E EMPODERAMENTO NAS IYALORIXÁS

Muito além da representação simbólica do feminino sagrado, as Iyalorixás, líderes espirituais nas religiões afro-brasileiras, operam como forças vivas que atravessam corpos, histórias e comunidades, mediando relações, curando feridas e criando redes **de afeto e** resistência. No interior dos terreiros, essas mulheres não apenas evocam aspectos da feminilidade; elas atuam **na reconstrução de** outras mulheres, atravessadas por múltiplas violências. Elas fazem isso **por meio de** pedagogias que misturam palavra, corpo, mito e espiritualidade.

Um dos aspectos menos abordados, mas profundamente transformadores, é **o modo como as** Iyalorixás estabelecem pontes entre gerações. Muitas vezes, o vínculo com uma Iyalorixá é mediado por uma mãe-de-santo, uma avó, uma tia ou uma irmã mais velha de fé. Essas figuras encarnam, na prática, os ensinamentos da Iyalorixá, transmitindo saberes **que não se encontram em** livros: como acolher, como resistir, como impor limites, como se curar. Nesse processo, forma-se uma genealogia espiritual de mulheres, **em que as** experiências individuais de dor e superação ganham um sentido coletivo e ritualizado. Essa genealogia refaz, nos laços de fé, aquilo que a escravidão destruiu nos laços de sangue. Como afirmam Ramos e Vaz (2021), ?as religiões afro-brasileiras representam um resgate do sentido de família para as pessoas negras escravizadas no Brasil, que foram separadas **de suas famílias** consanguíneas.?

Além disso, as Iyalorixás atuam como agentes de cura emocional e psíquica. Em muitos relatos, é no **contato com a** Iyalorixá que mulheres encontram **as palavras que** não tinham, os conselhos que não ouviram, o toque simbólico que faltava. A incorporação, nesses contextos, **não é apenas um** fenômeno espiritual ? é uma tecnologia ancestral de reconexão **com o próprio corpo e com a** própria história. Durante o transe, muitas mulheres sentem-se autorizadas a expressar emoções reprimidas, a **dizer o que** normalmente não d iriam, a ocupar **um espaço de** autoridade e sabedoria que lhes foi negado no cotidiano. Nesse sentido, o terreiro torna-se **um**

espaço de reinvenção da subjetividade feminina, onde o sagrado valida aquilo que o mundo profano insiste em marginalizar. É, como definem Ramos e Vaz (2021), um território de resistência negra, de manutenção de línguas, rituais e cultura de matrizes africanas. Há também uma dimensão coletiva e política nesse culto, ainda pouco explorada. As Iyalorixás constroem, em torno de si, espaços de escuta e solidariedade entre mulheres. Muitas vezes, o aconselhamento recebido por meio de uma Iyalorixá é compartilhado com outras, criando uma rede de apoio que vai muito além do momento ritual. As dores trazidas ao terreiro encontram eco em outras vozes, e assim, o sofrimento deixa de ser isolado e torna-se comum, partilhado, compreendido. Isso tem efeitos profundos na autoestima de mulheres historicamente silenciadas: elas percebem que não estão sozinhas, que suas lutas fazem parte de uma trama mais ampla de resistência.

Por fim, é preciso reconhecer que a presença das Iyalorixás também desafia estruturas internas das próprias religiões afro-brasileiras. Embora o Candomblé e a Umbanda ofereçam espaços relativamente abertos para a liderança de mulheres, o machismo estrutural da sociedade brasileira por vezes se infiltra até mesmo nos terreiros. As Iyalorixás, nesse sentido, operam como forças de correção e denúncia, apontando desequilíbrios, confrontando abusos e restaurando o lugar de fala das mulheres. Muitas lideranças femininas relatam que foi por meio da relação com sua Iyalorixá que conseguiram se impor, conquistar respeito e formar outras lideranças mulheres. Como destacam Ramos e Vaz (2021), a raiz matriarcal das religiões de matriz africana é preponderante no Brasil, em especial, no candomblé, sobrelevando o papel das Iyalorixás que, apesar do racismo e do sexismo, com sua matripotência, gestam e gerem suas comunidades [...].

Assim, pensar o papel das Iyalorixás no empoderamento feminino exige ir além dos símbolos e mergulhar nos efeitos concretos que essas mulheres têm sobre as trajetórias das mulheres que as cultuam. Elas não apenas representam poder: elas transmitem, ensinam e ativam o poder em outras. E ao fazer isso, transformam terreiros em territórios de liberdade e reconstrução onde o feminino não é apenas celebrado, mas vivido com dignidade, complexidade e força.

7. Direito, Interseccionalidade e a Proteção das Mulheres na Umbanda e no Candomblé

A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é fundamental para compreender como diferentes formas de opressão – como racismo, sexismo, patriarcado e discriminação religiosa – se cruzam e afetam mulheres de maneira complexa e múltipla. No contexto das mulheres que atuam como líderes em religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, essa abordagem permite revelar as especificidades de suas lutas contra o patriarcado e a intolerância religiosa, que frequentemente se manifestam de forma interligada. No campo do direito, a interseccionalidade contribui para uma proteção mais eficaz dos direitos humanos, ampliando a compreensão sobre vulnerabilidades e discriminações múltiplas. A análise interseccional fortalece a aplicação dos direitos fundamentais ao evidenciar que as desigualdades não são isoladas, mas combinadas e reforçadas por sistemas sociais de dominação – como o racismo estrutural e o patriarcado. É fundamental reconhecer que essas mulheres enfrentam não apenas a marginalização de gênero e raça, mas também a intolerância

religiosa, o que exige instrumentos jurídicos específicos. **Um exemplo disso é a Lei nº 7.716/1989, que** tipifica crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, funcionando como importante ferramenta legal para proteger os terreiros e suas lideranças contra atos de violência, vandalismo e discriminação.

Além disso, outro marco importante é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, instituído **pela Lei nº 11.635/2007 e** celebrado em 21 de janeiro. A data homenageia a ialorixá Mãe Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos e Santos), símbolo nacional da **luta contra a** violência religiosa. Mãe Gilda, sua família e o terreiro que fundou no bairro de Itapoã, em Salvador (BA), foram alvo de constantes ataques, vandalismo e ameaças, que resultaram em seu falecimento por infarto, no dia 21 **de janeiro de 2000.**

Sete anos depois, **a criação da lei federal e** a inclusão da data no Calendário Cívico da União **reforçam a importância de** reconhecer juridicamente as lutas e resistências das mulheres líderes nas religiões de matriz africana, que enfrentam múltiplas **formas de opressão** ? de gênero, raça e religião. Esse reconhecimento não só fortalece a identidade e a dignidade desses grupos, mas também marca avanços no enfrentamento institucional à intolerância e à desigualdade. (BRASIL, STF, 2025).

Essas mulheres encontram nos terreiros espaços de acolhimento, fortalecimento e **exercício de autonomia**, em contraponto ao apagamento e à marginalização que enfrentam em outras esferas sociais e religiosas. Os terreiros funcionam como territórios de resistência, onde a liderança feminina não só desafia a estrutura patriarcal, mas também promove a afirmação de identidades negras e periféricas, historicamente excluídas **dos centros de** poder. Exemplos notáveis de resistência incluem figuras como Mãe Menininha do Gantois, **que, ao longo de sua vida,** se tornou uma figura emblemática de resistência **ao racismo e** à marginalização religiosa. Líder do Terreiro de Candomblé de Gantois em Salvador, ela foi uma das maiores defensoras das religiões de matriz africana e desempenhou **um papel fundamental na** preservação e visibilidade da cultura afro-brasileira. Sua liderança feminina no Candomblé não apenas desafiou normas sociais dominantes, mas também foi um marco **na luta contra** o patriarcado dentro da religião.

Outro exemplo importante é Stela de Oxóssi, que também foi uma grande líder dentro da Umbanda. Stela não só é reconhecida por sua profunda espiritualidade e atuação dentro dos terreiros, **mas também por** sua luta constante pela dignidade das religiões afro-brasileiras e pelos direitos das mulheres negras. Ela se destacou pela sua postura firme contra a intolerância religiosa e pelo fortalecimento das práticas de fé que proporcionam aos indivíduos e, especialmente, às mulheres, um caminho de empoderamento e identidade. Sua liderança está atrelada à preservação dos valores da Umbanda e à resistência ao racismo, à misoginia e à exclusão das mulheres no contexto religioso.

Apesar de avanços legais como esses, muitas denúncias ainda encontram barreiras institucionais e sociais, reforçando **a necessidade de ampliar o acesso à justiça e garantir a efetiva** aplicação das normas de proteção. Além disso, iniciativas como **a Lei nº 10.639/2003** ((BRASIL, 2003), que torna obrigatório o **ensino da história e** da cultura afro-brasileira nas

escolas, contribuem indiretamente para a valorização das religiões de matriz africana e para o reconhecimento das lideranças femininas como patrimônio cultural do país. Essa valorização é essencial para garantir não apenas o direito à liberdade religiosa assegurado pela Constituição Federal, mas também para combater preconceitos e desigualdades estruturais que atravessam as experiências dessas mulheres.

Assim, o reconhecimento jurídico da pluralidade identitária e da atuação dessas mulheres é essencial para garantir o acesso à justiça, a igualdade material e o combate às múltiplas formas de discriminação. O estudo da liderança feminina na Umbanda e no Candomblé não só contribui para debates sobre igualdade de gênero e pluralismo religioso, mas também reforça o papel transformador do direito na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Conclusão: Ao término desta pesquisa, torna-se evidente que estudar a atuação e a liderança das mulheres nas religiões afro-brasileiras vai muito além de descrever práticas culturais ou litúrgicas: trata-se de compreender um fenômeno complexo, enraizado em processos históricos de resistência, identidade e pertencimento. O acolhimento que essas mulheres encontram dentro das tradições da Umbanda e do Candomblé não é um detalhe periférico ? ele é, na verdade, o cerne da experiência religiosa e social que essas comunidades oferecem, especialmente em um país como o Brasil, onde o racismo estrutural, a misoginia e o preconceito religioso estão profundamente entranhados nas instituições e nas relações cotidianas.

As religiões afro-brasileiras surgiram historicamente como espaços de refúgio diante de um contexto brutal: a diáspora forçada dos povos africanos escravizados, o apagamento cultural imposto pelo colonialismo, e a tentativa sistemática de erradicação de suas práticas espirituais e saberes ancestrais. Nesse cenário, os terreiros não foram apenas locais de culto, mas também de sobrevivência coletiva, de transmissão cultural, de reconstrução de laços sociais que haviam sido violentamente rompidos. E é justamente nesse chão, marcado por dor, mas também por resistência, que as mulheres negras encontraram um lugar onde sua voz, seu corpo e sua espiritualidade pudessem ser não apenas aceitos, mas centralizados.

No terreiro, a mulher negra ocupa posições de poder e prestígio simbólico ? como iyalorixá, mãe-pequena, ekedi, ialabassê ? e essas figuras são fundamentais não apenas para a condução dos rituais, mas para a manutenção da memória e da identidade coletiva. Diferente de muitas tradições religiosas hegemônicas, que reservam às mulheres apenas papéis subordinados ou restritos, as religiões afro-brasileiras reconhecem nelas a força do axé, a capacidade de cuidar, de curar, de aconselhar, de guiar espiritualmente. Esse reconhecimento, por si só, já constitui um fator profundo de acolhimento, pois devolve a essas mulheres algo que a sociedade tantas vezes lhes nega: dignidade, agência e protagonismo.

Por outro lado, o acolhimento também se manifesta no plano comunitário. Os terreiros funcionam como verdadeiras redes de apoio emocional, material e simbólico: são espaços onde mulheres negras podem partilhar dores e conquistas, onde encontram espelhos de si mesmas, onde sua estética, seu corpo e sua ancestralidade não são motivos de vergonha, mas de orgulho. Isso tem um impacto direto na subjetividade dessas mulheres, ajudando a reconstruir uma autoestima frequentemente dilacerada pelo racismo, pelo sexismo e pela marginalização social. O terreiro não apenas acolhe a mulher negra, ele a reconstrói.

Do ponto de vista jurídico, essa conclusão nos leva a uma reflexão essencial: quando falamos em liberdade religiosa, em pluralismo, em igualdade e em não discriminação, não estamos tratando apenas de normas abstratas previstas na Constituição Federal (como nos artigos 5º, inciso VI, e 215). Estamos falando, concretamente, de proteger espaços e práticas que têm um papel vital na promoção da dignidade humana, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados. Ignorar o valor social e simbólico das religiões afro-brasileiras para essas mulheres é perpetuar uma lógica de invisibilização que já dura séculos. O Direito, portanto, precisa assumir uma postura ativa na defesa desses espaços, combatendo o racismo religioso, garantindo o acesso a políticas públicas, e reconhecendo os terreiros como espaços legítimos de expressão cultural, espiritual e comunitária.

Em síntese, a conclusão central a que chegamos é que as mulheres encontram nas religiões afro-brasileiras um acolhimento profundo porque, nesses espaços, elas são vistas em sua totalidade: como sujeitas históricas, espirituais, emocionais e políticas. Elas não precisam se adaptar a uma matriz branca, patriarcal e colonial para serem aceitas ? ao contrário, são justamente suas raízes africanas, seus saberes femininos, seus corpos e vozes ancestrais que são honrados e celebrados. O terreiro é, assim, mais do que um local de culto: é um território de reconstrução subjetiva e coletiva, onde essas mulheres podem, enfim, se reconhecer e serem reconhecidas em toda a sua potência.

Finalizar este trabalho, portanto, não significa encerrar o debate, significa abrir caminho para novas reflexões sobre o papel do Direito na promoção da igualdade real, sobre a importância das epistemologias negras e femininas na construção de uma sociedade mais justa, e sobre o valor inestimável que esses espaços de acolhimento têm para a construção de vidas dignas. Que possamos, enquanto sociedade, ouvir, aprender e caminhar ao lado dessas mulheres que, há séculos, fazem do terreiro um lugar de força, cura e transformação.

Referências:

- LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. 352 p. ISBN 8571082448.
- BAIRROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), USP, 2005.
- CONSTANTINO, Rodolfo. Umbanda: religião brasileira. São Paulo: Madras, 2015.
- MOTT, Luiz. O africano que existe em nós, brasileiros. São Paulo: Moderna, 1992.
- ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRANDI, Reginaldo. Segredos guardados: Orixás na alma brasileira . São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- PRANDI, Reginaldo. Religião e sociedade: uma introdução à sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SILVEIRA, Renato da. Orixás da Bahia. Salvador: Corrupio, 2006.
- SODRÉ, Muniz. Terreiro e universidade: uma parceria necessária. Salvador: CEAO, 1998.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Orixás da metrópole: religião afro-brasileira e espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2007.
- PELÚCIO, Larissa. Pombagiras: poder feminino, sexualidade e margens. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) ? Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.
- BAIROS, Luiza. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli (org.). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 63?78.
- RAMOS, Chiara; VAZ, Livia Sant?Anna. A justiça é uma mulher negra. São Paulo: Casa do Direito, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, vol. 1989, n. 1, 1989.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, Djamila (org.). Feminismos plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Decisões do STF reforçam combate à intolerância religiosa. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/deciso-es-do-stf-reforc-am-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- PRIMEIROS NEGROS. Yabás: as orixás femininas. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/yabas-as-orixas-femininas/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira?, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- GERMANN, Daniela Facchini; SPECK, Larissa Santos. Guerreiras de Oxum: o papel da mulher nas religiões de matriz africana. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) ? Ânima Educação, Palhoça, SC. Disponível em:



<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/9115>. Acesso em: 02 maio
2025